



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

LEI Nº 125-GP

de 03 de março de 2010.

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA POLITICA MUNI-
CIPAL DE MEIO AMBIENTE, E SEUS INSTRU-
MENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL NO MUNICÍ-
PIO DE SANTA BARBARA DO PARÁ, E DÁ OU-
TRAS PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ no pleno uso de suas atribuições legais, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A política municipal do meio ambiente do Município de Santa Barbara do Pará, Estado do Pará, respeitada as competências do Estado e da União, é o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos de ação, medidas e diretrizes fixadas nesta lei, para fim de preservar, proteger, defender o meio ambiente e recuperar e melhorar o meio ambiente antrópico, artificial e do trabalho, atendidas as peculiaridades locais, em harmonia com o desenvolvimento econômico-social, visando assegurar a qualidade ambiental propícia à vida.

Parágrafo único. As normas da Política Municipal do Meio Ambiente serão obrigatoriamente observadas na definição de qualquer política, programa ou projeto, público ou privado, no território do município, como garantia do direito da coletividade ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e economicamente sustentável a partir de seus recursos naturais renováveis.

Art. 2º São princípios básicos da Política Municipal do Meio Ambiente, consideradas as peculiaridades locais, geográficas, econômicas e sociais, os seguintes:

- I - todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado;
- II - o Município e a coletividade têm o dever de proteger e defender o meio ambiente, conservando-o para a atual e futuras gerações, com vistas ao desenvolvimento sócio-econômico;
- III - o desenvolvimento econômico-social tem por fim a valorização da vida e emprego que devem ser assegurados de forma saudável e produtiva, em harmonia com a natureza, através de diretrizes que colimem o aproveitamento dos recursos naturais de forma ecologicamente equilibrada, porém economicamente viável e eficiente, para ser socialmente justa e útil;
- IV - o combate à pobreza, e à marginalização e a redução das desigualdades sociais e locais são condições fundamentais para o desenvolvimento sustentável;
- V - a utilização do solo urbano e rural deve ser ordenada de modo a compatibilizar a sua ocupação com as condições exigidas para a conservação e melhora da qualidade ambiental;
- VI - deve ser garantida a participação popular nas decisões relacionadas ao meio ambiente;



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

VII - o direito de acesso às informações ambientais deve ser assegurado a todos;

VIII - o respeito aos povos quilombolas, às formas tradicionais de organização social e às suas necessidades de reprodução física e cultural e melhoria de condição de vida, nos termos da Constituição Federal e da Legislação aplicável, em consonância com o interesse da comunidade local em geral, são fatores indispensáveis na ordenação, proteção e defesa do meio ambiente.

Art. 3º São objetivos da Política Municipal do Meio Ambiente:

I - promover e alcançar o desenvolvimento econômico-social, compatibilizando-o, respeitadas as peculiaridades, limitações e carências locais, com a conservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, com vistas ao efetivo alcance de condições de vida satisfatória e o bem-estar da coletividade;

II - definir as áreas prioritárias da ação governamental relativas à questão ambiental, atendendo o interesse da coletividade;

III - estabelecer critérios e padrões de qualidade para o uso e manejo dos recursos ambientais. Adequando-os continuamente às inovações tecnológicas e às alterações decorrentes da ação antrópica ou natural;

IV - garantir a preservação da biodiversidade do patrimônio natural e contribuir para o seu conhecimento científico;

V - criar e implementar instrumentos e meios de preservação e controle do meio ambiente;

VI - fixar, na forma e nos limites da Lei, a contribuição dos usuários pela utilização dos recursos naturais públicos, com finalidades econômicas;

VII - promover o desenvolvimento de pesquisas e a geração e difusão de tecnologias locais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;

VIII - estabelecer os meios indispensáveis à efetiva imposição ao degradador público ou privado da obrigação de recuperar e indenizar os danos causados ao meio ambiente, sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis;

IX - possibilitar o Zoneamento Ecológico-econômico do Município de Santa Bárbara do Pará com o objetivo de definir áreas de ações governamentais prioritárias relativas a qualidade de vida e o equilíbrio ecológico e ao desenvolvimento sócio-econômico;

X - garantir o aproveitamento dos recursos naturais de forma ecologicamente equilibrada visando à erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais;

XI - garantir o respeito aos povos Quilombolas, as formas tradicionais e das organizações sociais e as suas necessidades de reprodução física, cultural e melhoria de condição de vida nos termos da constituição Federal e a legislação aplicada, em consonância com os interesses da comunidade regional, são fatores indispensáveis na ordenação, proteção e defesa do meio ambiente;

XII - garantir o uso do Solo Urbano e Rural ordenado de modo a compatibilizar a sua ocupação com as condições exigidas para a conservação, preservação e melhoria da qualidade ambiental;

XIII - estabelecer normas, critérios e limites para a exploração dos recursos naturais no âmbito do município com fins de avaliação para o licenciamento ambiental e fixar, na forma dos limites da lei, a contribuição dos usuários pela utilização dos recursos naturais públicos.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

CAPITULO II

DO PATRIMÔNIO NATURAL

Art. 4º Compõem o patrimônio natural, os ecossistemas existentes no Município, com seus elementos, Leis, condições, processos, funções, estruturas, influências, inter-relações e intra-relações, de ordem física, química, biológica e social, que contém, possibilitam e selecionam todas as formas de vida.

§ 1º A proteção do patrimônio natural far-se-á através dos instrumentos que têm por fim implementar a Política Municipal do Meio Ambiente.

§ 2º A elaboração de normas sobre o uso ou a exploração de recurso que integram o patrimônio natural do Município, deverá observar e respeitar o previsto nesta Lei, visando resguardar os princípios e objetivos da Política Municipal do Meio Ambiente.

Art. 5º Compõem o potencial genético do Município, os genótipos dos seres vivos existentes nos ecossistemas.

Art. 6º Para assegurar a proteção do patrimônio natural e do potencial genético, compete ao Poder Público:

- I - garantir os espaços territoriais especialmente protegidos previstos na legislação em vigor, bem como os que vierem a ser assim declarado por ato do Poder Público;
- II - garantir os centros mais relevantes da biodiversidade;
- III - criar e manter reservas genéticas e bancos de germoplasmas com amostras significativas do potencial genético, dando ênfase às espécies ameaçadas de extinção;
- IV - incentivar o plantio de espécies nativas e autóctones, visando a recuperação e a preservação das matas ciliares.

Parágrafo único. São espécies nativas originárias do País e adaptadas às condições do ecossistema amazônico e autóctones as que se encontram em áreas de distribuição natural.

CAPITULO III

DO SISTEMA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 7º Fica criado o Sistema Municipal do Meio Ambiente – SISMMMA, com o fim de implementar a Política Municipal do Meio Ambiente, bem como fiscalizar sua execução.

Art. 8º O SISMMMA, em sua estrutura funcional, terá a seguinte forma:

- I - como órgão normativo, consultivo e deliberativo, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA;
- II - como órgão central executor, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, com a função de planejar, coordenar, executar, supervisionar e controlar a Política Municipal do Meio Ambiente;
- III - como órgãos setoriais, os órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal, direta e indireta, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público que atuam na elaboração



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

e execução de programas e projetos relativos à proteção da qualidade ambiental ou que tenham por finalidade disciplinar o uso dos recursos ambientais;

IV - como órgão arrecadador e financiador, Fundo Municipal do Meio Ambiente.

Parágrafo único. De acordo com a legislação em vigor é o Poder Executivo autorizado a criar uma Fundação de apoio técnico e científico às atividades da SEMMA.

Art. 9º Integram obrigatoriamente o Sistema Municipal do Meio Ambiente – SISMMMA, através do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e são concomitantemente responsáveis pela gestão ambiental àqueles organismos ou entidades que atuam:

I - na pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico;

II - no fomento e apoio ao manejo florestal e pedológico e às atividades agrícolas e pecuárias, inclusive e principalmente, na difusão de tecnologias ambientalmente idôneas;

III - no fomento e apoio à exploração dos recursos minerais através de tecnologias não poluentes ou degradadoras;

IV - na exploração e utilização dos recursos hídricos, minerais, florestais, agrossilvipastoris e industriais, através de tecnologias disponíveis aceitáveis;

V - na saúde e educação das populações, bem como no saneamento básico.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal poderá se fazer representar no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente designado pelo Prefeito Municipal, que poderá, querendo, exarar parecer prévio nos processos sobre exame daquele Conselho, inclusive requisitar diligências, em defesa dos interesses da Prefeitura, sem direito a voto.

Art. 10. A implantação do Sistema Municipal de Meio Ambiente far-se-á de acordo com a dotação orçamentária do município.

CAPITULO IV

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 11. A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA, do município de Santa Barbara do Pará, criada pela Lei nº 01, de 27/01/1993, órgão da Administração Pública direta passa a ter a seguinte competência, organograma e finalidade, revogadas as disposições em contrário.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA é a responsável por definir e gerir a política municipal de meio ambiente, tendo em vista a não comprometer as funções sócio-ambientais do Município e proteger os ecossistemas no espaço territorial municipal, buscando sua conservação e, quando degradadas, sua recuperação.

Art. 12. A estrutura orgânica básica da Prefeitura Municipal de Santa Barbara do Pará para a consecução das atividades de desenvolvimento ambiental de natureza local, nos termos das competências constitucionais e da Lei Orgânica do Município é a que consta desta Lei e que compreende, na Administração Direta:



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

I - Órgão Colegiado de Natureza Consultiva e Deliberativa:

a) Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA,

II - Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

a) Departamento de Controle Ambiental;

b) Departamento de Gestão Ambiental.

Art. 13. À Secretaria Municipal de Meio Ambiente, órgão central de implementação da Política Ambiental do Município compete:

I - planejar, coordenar, executar e controlar atividades que visem à proteção, conservação, e melhoria do meio ambiente;

II - formular políticas e diretrizes de desenvolvimento ambiental para o Município observadas as peculiaridades locais;

III - formular as normas técnicas e legais, padrões de proteção, conservação, preservação e recuperação do meio ambiente, observadas as legislações federal e estadual;

IV - exercer a ação fiscalizadora de observância das normas contidas na legislação ambiental;

V - exercer o poder de polícia nos casos de infração da lei de proteção, conservação, preservação e melhoria do meio ambiente e de inobservância de norma ou padrão estabelecido;

VI - emitir parecer a respeito dos pedidos de localização e funcionamento de fontes poluidoras e fontes degradadoras dos recursos ambientais;

VII - expedir Alvará de localização de funcionamento, ou quaisquer outras licenças relacionadas com o funcionamento de fontes poluidoras;

VIII - formular as normas técnicas e legais de posturas municipais, saneamento, serviços urbanos e rurais;

IX - planejar, coordenar, executar e atualizar o cadastramento de atividades econômicas degradadoras do meio ambiente, e de informações ambientais do Município;

X - estabelecer as áreas prioritárias ambientais em que o Executivo Municipal deve atuar, objetivando a manutenção da qualidade ambiental do Município;

XI - propor a criação de áreas de interesse do Município para proteção ambiental;

XII - desenvolver atividades de educação ambiental e atuar no sentido de formar consciência pública da necessidade de proteger; melhorar e conservar o meio ambiente;

XIII - fornecer diretrizes técnicas aos diversos órgãos da Prefeitura articulando-se com as demais Secretarias, para integração de suas atividades;

XIV - manter intercâmbio com entidades nacionais e estrangeiras para o desenvolvimento de planos, programas e projetos de interesse da área de meio ambiente;

XV - promover, em conjunto com os demais órgãos municipais, o controle da utilização, comercialização, armazenagem e transporte de produtos tóxicos e/ou perigosos;

XVI - acionar o COMDEMA e implementar suas deliberações;

XVII - submeter à deliberação do COMDEMA as propostas de políticas, normatizações, procedimentos e diretrizes definidas para o gerenciamento ambiental municipal;

XVIII - submeter à deliberação do COMDEMA os pareceres técnico e jurídico emitidos pela Secretaria, referentes ao licenciamento ambiental de atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente, além de proposição de aplicação de penalidades.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

Art. 14. A implantação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente far-se-á de acordo com a dotação orçamentária do município.

Art. 15. O Departamento de Controle Ambiental tem como responsabilidade o licenciamento, Monitoramento, Fiscalização e Proteção dos Recursos Naturais.

Art. 16. O Departamento de Gestão Ambiental tem como responsabilidade a Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Limpeza Urbana e Manutenção de Praças e Canteiros Públicos.

Art. 17. Fica o Secretário Municipal de Meio Ambiente autorizado a:

I – aprovar o regimento interno da Secretaria, estabelecendo as competências de suas unidades;

II – baixar atos, estabelecendo mecanismos e normas que visem à racionalização e à coordenação das atividades e serviços;

III – indicar o quadro de pessoal necessário à realização das atividades da Secretaria, para definição do Prefeito Municipal.

CAPITULO V

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Art. 18. Fica criado, no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.

Parágrafo único. O COMDEMA é um órgão colegiado, consultivo de assessoramento ao Poder Executivo Municipal e deliberativo, no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais propostas nesta e demais leis correlatas do Município.

Art. 19. Ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA compete:

I - formular as diretrizes para a política municipal do meio ambiente, inclusive para atividades prioritárias de ação do município em relação à proteção e conservação do meio ambiente;

II - propor normas legais, procedimentos e ações, visando a defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do município, observada a legislação federal, estadual e municipal pertinente;

III - exercer a ação fiscalizadora de observância às normas contidas na Lei Orgânica Municipal e na legislação a que se refere o item anterior;

IV - obter e repassar informações e subsídios técnicos relativos ao desenvolvimento ambiental aos órgãos públicos, entidades públicas e privadas e a comunidade em geral;

V - deliberar, sob a forma de *Resoluções*, *Proposições*, *Recomendações*, *Moções*, visando o cumprimento dos objetivos da Política Municipal do Meio Ambiente.

VI - atuar no sentido da conscientização pública para o desenvolvimento ambiental promovendo a educação ambiental formal e informal, com ênfase nos problemas do município;

VII - solicitar aos órgãos competentes o suporte técnico complementar às ações executivas do município na área ambiental;



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

VIII - propor a celebração de convênios, contratos e acordos com entidades públicas e privadas de pesquisas e de atividades ligadas ao desenvolvimento ambiental;

IX - opinar, previamente, sobre os aspectos ambientais de políticas, planos e programas governamentais que possam interferir na qualidade ambiental do município;

X - apresentar anualmente proposta orçamentária ao Executivo Municipal, inerente ao seu funcionamento;

XI - identificar e informar à comunidade e aos órgãos públicos competentes, federal, estadual e municipal, sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação;

XII - opinar sobre a realização de estudo alternativo sobre as possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando das entidades envolvidas as informações necessárias ao exame da matéria, visando a compatibilização do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental;

XIII - acompanhar o controle permanente das atividades degradadoras e poluidoras, de modo a compatibilizá-las com as normas e padrões ambientais vigentes, denunciando qualquer alteração que promova impacto ambiental ou desequilíbrio ecológico;

XIV - receber denúncias feitas pela população, diligenciando no sentido de sua apuração junto aos órgãos Federal, Estaduais e Municipais responsáveis e sugerindo ao Prefeito Municipal as providências cabíveis;

XV - acionar os órgãos competentes para localizar, reconhecer, mapear e cadastrar os recursos naturais existentes no Município, para o controle das ações capazes de afetar ou destruir o meio ambiente;

XVI - opinar nos estudos sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, posturas municipais, visando à adequação das exigências do meio ambiente, ao desenvolvimento do município;

XVII - opinar quando solicitado sobre a emissão de Alvarás de localização e funcionamento no âmbito municipal das atividades potencialmente poluidoras e degradadoras;

XVIII - orientar o Poder Executivo Municipal sobre o exercício do poder de polícia administrativa no que concerne à fiscalização e aos casos de infração à legislação ambiental;

XIX - deliberar sobre a realização de Audiências Públicas, quando for o caso, visando à participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras;

XX - propor ao Executivo Municipal a instituição de unidades de conservação visando à proteção de sítios de beleza excepcional, mananciais, patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paleontológico, espeleológico e áreas representativas de ecossistemas destinados à realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia e patrimônio histórico artístico e cultural.

XXI - responder a consulta sobre matéria de sua competência;

XXII - decidir, juntamente com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, sobre a aplicação dos recursos provenientes do Fundo Municipal de Meio Ambiente;

XXIII - subsidiar o Ministério Público no exercício de suas competências para a proteção do meio ambiente previstas na Constituição Federal de 1988.

Art. 20. O COMDEMA será composto, de forma paritária, por representantes do poder público e da sociedade civil organizada, a saber:

I – representantes do Poder Público:



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

a) um (01) representante, que é o titular do órgão executivo municipal de meio ambiente, membro nato e Presidente do Conselho;

b) um (01) representante da Secretaria Municipal de Saúde

c) um (01) representante da Secretaria Municipal de Educação

d) um (01) representante da Secretaria Municipal de Agricultura

e) um (01) representante de órgão da administração pública estadual ou federal que tenha em suas atribuições a proteção ambiental ou o saneamento básico e que possuam representação no Município, tais como: SEMA, EMATER, ADEPARÁ, IBAMA, INCRA, FUNASA;

II - representantes da Sociedade Civil organizada:

a) um (01) representante de setores organizados da sociedade, tais como: Associação do Comércio, da Indústria, Clubes de Serviço, Sindicatos e pessoas comprometidas com a questão ambiental;

b) um (01) representante das Associações de Moradores dos Bairros do município;

c) um (01) representante de entidades civis criadas com finalidade de defesa da qualidade do meio ambiente, com atuação no âmbito do município;

d) um (01) representante do Sindicato Rural de Produtores da Região;

e) um (01) representante de associação de produtores rurais do município.

§ 1º Na ausência no município de entidades civis do inciso II-c, a vaga será repassada para as instituições citadas no inciso II-e, que passará a contar com dois representantes.

§ 2º O poder executivo escolherá os representantes da sociedade civil para a primeira formação do Conselho, dentre entidades civis de direito privado, que estejam devidamente regularizadas e atualizadas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), que comprovem ausência de débito com a Receita Federal através de Certidão Negativa e apresentem Ata de Eleição e Posse da atual diretoria da instituição. As demais composições do conselho far-se-ão de acordo com o regimento interno a ser aprovado pelos membros do mesmo.

§ 3º Os nomes dos representantes titulares e suplentes das entidades da Sociedade Civil Organizada escolhida de acordo com o parágrafo anterior serão nomeados por ato do chefe do poder executivo.

Art. 21. Cada membro do Conselho terá um suplente que o substituirá em caso de impedimento, ou qualquer ausência, podendo ser da mesma instituição que representa.

Art. 22. A função dos membros do COMDEMA é considerada serviço de relevante valor social. Ao final do mandato os membros que cumprirem fielmente as normas regimentais a ele atribuídas, receberão certificado de honra ao mérito pela Câmara Municipal de Santa Bárbara do Pará.

Art. 23. As sessões do COMDEMA serão públicas e os atos deverão ser amplamente divulgados.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

Art. 24. O mandato dos membros do COMDEMA é de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução, à exceção dos representantes do Executivo Municipal.

Art. 25. Os órgãos ou entidades mencionados no art. 20 poderão substituir o membro efetivo indicado ou seu suplente, mediante comunicação por escrito dirigida ao Presidente do COMDEMA.

Art. 26. O não comparecimento a três reuniões consecutivas ou a cinco alternadas durante doze meses, implica na sua exclusão do quadro de membro do Conselho, sendo substituído por outra entidade cuja escolha será de acordo com o regimento interno do COMDEMA.

Art. 27. O COMDEMA poderá instituir se necessário, em seu regimento interno, câmaras técnicas em diversas áreas de interesse e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de interesse ambiental.

Art. 28. No prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a entrada em vigor desta lei, o COMDEMA revisará o seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado por Decreto do Prefeito Municipal também no prazo de sessenta dias.

Art. 29. A implantação do COMDEMA no formato do art. 20 e a composição dos seus membros ocorrerão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de publicação desta lei.

Art. 30. As despesas com a implantação do COMDEMA no novo formato, correrão pelas verbas próprias consignadas no orçamento em vigor.

CAPÍTULO VI

DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 31. Fica criado o Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA), do Município de Santa Bárbara do Pará.

Art. 32. O FMMA possui natureza financeira, contábil e autônoma e constitui unidade orçamentária vinculada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA).

Art. 33. O FMMA tem por objetivo financiar planos, programas, projetos, pesquisas e tecnologias que visem ao uso racional e sustentado dos recursos naturais, bem como a implementação de ações voltadas ao controle, e a fiscalização, a defesa e a recuperação do meio ambiente, observadas as diretrizes das políticas Federal, Estadual e Municipal de Meio Ambiente.

Art. 34. Os recursos do FMMA serão destinados para programas, planos, projetos e atividades que contemplem pelo menos uma das seguintes áreas:

I - preservação, conservação e recuperação dos espaços territoriais protegidos pela legislação;

II - realização de estudos e projetos para criação, implantação, ampliação, conservação e recuperação de Unidades de Conservação e de outras áreas consideradas de relevância pública;



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

III - realização de estudos e projetos para criação e implantação e recuperação de Parques Urbanos, com ambientes naturais e criados, destinados ao lazer, convivência social e à educação ambiental;

IV - pesquisa e desenvolvimento tecnológico de interesse ambiental;

V - educação ambiental em todos os níveis de ensino e no engajamento da sociedade nas discussões sobre temas relacionados ao meio ambiente;

VI - gerenciamento, controle, fiscalização e licenciamento ambiental;

VII - elaboração e implementação de planos de gestão em áreas verdes, saneamento e outros;

VIII - produção e edição de obras e materiais audiovisuais na área de educação e do conhecimento ambiental;

IX - outras despesas não previstas nesta lei, desde que voltadas ao interesse do meio ambiente do Município.

§ 1º Os recursos do FMMA, provenientes do exercício do poder de polícia ambiental e das condenações judiciais, previstos nos incisos IV e V do art. 36 desta lei, somente poderão ser aplicados em ações voltadas ao controle, fiscalizações, à defesa e a recuperação do meio ambiente.

§ 2º Salvo o disposto no § 1º deste artigo, os demais recursos poderão ser aplicados para financiamentos aos setores públicos e privados em atividades descritas nos incisos deste artigo.

Art. 35. Será expressamente vedada à utilização dos recursos do FMMA para custear as despesas correntes de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Santa Barbara do Pará.

Art. 36. Constituirão recursos do FMMA:

I - as dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

II - transferências feitas pelo Governo Federal e Estadual e outras entidades públicas;

III - recursos financeiros oriundos de convênios, contratos e acordos celebrados com entidades públicas ou privados, nacionais e internacionais;

IV - os valores, bens e produtos provenientes da aplicação de penalidades e apreensões resultantes de violações das normas de proteção ambiental ocorridas no Município, no âmbito de sua competência, bem como de cobrança de taxas e serviços pela utilização dos recursos naturais;

V – recursos provenientes de condenações judiciais, quando os danos forem cometidos no território do município;

VI - taxas provenientes de licenciamento ambiental;

VII - os recursos provenientes da transferência do Fundo Nacional de Meio Ambiente e do Fundo Estadual de Meio Ambiente;

VIII - recolhimentos feitos por pessoa física ou jurídica correspondente ao pagamento de fornecimento de mudas e prestação de serviços de assessoria e treinamento;

IX - doações e, qualquer outro repasse, efetivado por pessoas físicas ou jurídicas, pública ou privadas;



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

X - os recursos decorrentes de operações de crédito internas e externas, destinados aos programas e projetos da área ambiental;

XII - os rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações financeiras dos recursos disponíveis no FMMA ou do seu patrimônio;

XIII - os recursos advindos de convênios, acordos e contratos firmados entre o Município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais;

XIV - os valores correspondentes à restituição do principal e rendimentos provenientes de financiamentos efetuados com recursos do FMMA;

XV - outros recursos, créditos e rendas que lhes possam ser destinados;

XVI - 0,05% (zero virgula zero cinco por cento) da receita corrente líquida do Município, diferente da dotação Orçamentária da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

§ 1º A dotação prevista no Orçamento Municipal será automaticamente transferida para a conta do FMMA, tão logo os recursos pertinentes estejam disponíveis.

§ 2º Os recursos que compõem o FMMA serão depositados, preferencialmente, em instituição financeira estatal, em conta especial, sob a denominação: Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA.

§ 3º O saldo financeiro do FMMA, apurado em balanço ao final de cada exercício, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

Art. 37. Os recursos do FMMA serão depositados, em conta específica, de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade pública.

Art. 38. Constituem ativos do FMMA:

I - disponibilidades monetárias oriundas das receitas específicas;

II - direitos que porventura vier a constituir;

III - bens móveis e imóveis doados, com ou sem ônus, com destinação ao FMMA;

IV - bens móveis e imóveis destinados à administração do FMMA.

Parágrafo único. Anualmente processar-se-á o inventário dos bens e direitos vinculados ao FMMA.

Art. 39. Constituem passivos do FMMA as obrigações de qualquer natureza que venham a ser assumidas para a implantação e manutenção de programas e projetos pertinentes aos seus objetivos o desempenho de suas atribuições.

Art. 40. O patrimônio do FMMA será movimentado através de escrituração própria e contabilidade independente e os bens adquiridos serão destinados e incorporados ao patrimônio do Município.

Art. 41. O orçamento do FMMA evidenciará as Políticas do Meio Ambiente do Município e o respectivo programa de trabalho.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

Parágrafo único. O orçamento do FMMA observará na sua elaboração e execução, os padrões e as normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 42. A contabilidade do FMMA evidenciará: a situação financeira; patrimonial e orçamentária, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 43. A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente de informar, apropriar e apurar custos dos serviços, bem como de interpretar e analisar os resultados objetivos.

Art. 44. A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, inclusive do custo dos serviços.

Parágrafo único. Entende-se por relatórios de gestão os balancetes mensais de receita e despesas do FMMA e demais demonstrações exigidas pela sua gerência e pela legislação pertinente.

Art. 45. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Art. 46. São órgãos da estrutura operacional do FMMA:

- I - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA;
- II - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA;

Art. 47. O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente é o órgão consultivo de assessoramento ao Poder Executivo Municipal e deliberativo no âmbito de sua competência, a quem compete:

- I - fazer cumprir os objetivos da lei;
- II - estabelecer políticas de aplicação dos recursos do FMMA;
- III - expedir resoluções contendo regras administrativas de caráter geral e normas de aplicação e fiscalização dos recursos do FMMA;
- IV - expedir parecer sobre o Plano de Ação do FMMA e acompanhar e fiscalizar sua execução quanto à aplicação dos recursos.

Art. 48. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA é o órgão de coordenação do FMMA, e ao qual o FMMA fica vinculado, competindo-lhe:

- I - estabelecer e implementar a política de aplicação dos recursos do FMMA através de Plano de Ação, observadas as diretrizes do Plano Diretor Municipal, do Plano de Ação de Meio Ambiente e as prioridades definidas nesta Lei, aprovado pela Comissão de Gestão do FMMA;
- II - apresentar proposta orçamentária de modo a garantir recursos para o FMMA, no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA.
- III - ordenar as despesas do FMMA;



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

IV - elaborar os balancetes quadrimestrais de receitas e despesas e o Balanço Geral Anual do FMMA;

V - firmar convênios e contratos, referentes aos recursos do FMMA;

VI - apreciar e aprovar o Regimento Interno de funcionamento do FMMA;

VII - cuidar da parte administrativa interna do FMMA, sendo responsável: pelas as questões internas; manutenção e atualização da documentação e escrituração contábil, cumprimento das decisões da Comissão de Gestão;

VIII - apoiar a Comissão de Gestão do FMMA, executando todas as tarefas repassadas pela referida comissão.

§ 1º Para exercer a coordenação, administrativa, financeira e contábil do FMMA, deverá criar, por ato normativo, a Comissão de Gestão do FMMA, constituído pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, que a presidirá, o Procurador Geral do Município e 04 (quatro) conselheiros a serem indicados pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, sendo que dois deverão ser representantes da sociedade civil organizada, e dois do setor público.

§ 2º Os membros do COMDEMA, que comporão a Comissão de Gestão do FMMA, serão eleitos em Reunião Ordinária.

§ 3º Os representantes do COMDEMA na referida Comissão do FMMA terão renovação de nomes da mesma forma que o conselho.

§ 4º A Comissão de Gestão do FMMA terá prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da sua instalação, para elaborar o seu regimento interno, sendo este aprovado pela plenária composta por entidades ambientalistas e/ou organização que tenham interesse na Gestão Ambiental Municipal e sancionado pelo Prefeito Municipal de Santa Barbara do Pará.

Art. 49. A Comissão de gestão do FMMA terá as seguintes atribuições/competências:

I - elaborar o Relatório de Atividades e as prestações de contas anuais, contendo balance das operações financeiras e patrimoniais, extratos bancários e respectivas conciliações, relatório de despesa do FMMA e o balanço anual;

II - providenciar a liberação dos recursos relativos aos projetos e atividades;

III - analisar, emitir parecer conclusivo e submeter ao Secretário Municipal de Meio Ambiente os projetos e atividades apresentados ao FMMA;

IV - acompanhar e controlar a execução dos projetos e atividades aprovados pelo FMMA, receber e analisar seus relatórios e prestação de contas correspondente;

V - coordenar e desenvolver as atividades administrativas necessárias ao funcionamento do FMMA;

VI - promover os registros contábeis, financeiros e patrimoniais do FMMA e o inventário dos bens;

VII - elaborar e manter atualizado o programa financeiro de despesas e pagamentos que deverão ser autorizados pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente;

VIII - movimentar contas bancárias do FMMA, mantendo os controles necessários para captação, recolhimento ou aplicação dos recursos do FMMA;

IX - elaborar os relatórios de gestão administrativa e financeira dos recursos alocados ao FMMA;



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

- X - elaborar propostas de convênios, acordos e contratos a serem firmados entre, a SEMMA e entidades públicas ou privadas, em consonância com os objetivos do FMMA;
- XI - aprovação de planos e critérios de aplicação de seus recursos;
- XII - aprovação de orçamentos e condições gerais de operação de seus recursos;
- XIII - encaminhar semestralmente ao TCM apresentação de contas.

Parágrafo único. A Comissão de Gestão utilizará a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para execução das atribuições e competências deste artigo. Em casos específicos a Comissão de Gestão do Fundo, poderá contratar assessoria técnica especializada.

Art. 50. Os casos omissos serão decididos pela Comissão de Gestão do FMMA.

CAPITULO VII

DO CONTROLE AMBIENTAL

Seção I

Das disposições preliminares

Art. 51. Para aplicação do controle ambiental municipal previsto nesta lei, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - entende-se por Licenciamento Ambiental Municipal: Procedimentos técnico-administrativos, baseados na legislação vigente e na análise de documentação apresentada, que objetivam estabelecer as condições, restrições e medidas de controle ambiental a serem obedecidas, pelo empreendedor, para a localização, construção, instalação, operação, diversificação, reforma e ampliação de empreendimentos ou atividades enquadradas no anexo I desta Lei;

II - entende-se por Licença Ambiental Municipal: o Ato Administrativo pelo qual se estabelecem as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser aplicadas ou atendidas pelo empreendedor, para a localização, construção, instalação, operação, diversificação, reforma e ampliação de empreendimentos ou atividades enquadradas no anexo I desta Lei;

III - entende-se por Avaliação de Impactos Ambientais - AIA: Instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, que se utiliza de estudos ambientais e procedimentos sistemáticos, para avaliar os possíveis impactos ambientais gerados por empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras, com o intuito de adequá-los às necessidades de preservação e conservação do Meio Ambiente e da melhoria na qualidade de vida da população;

IV - entende-se por Estudos Ambientais: estudos relativos aos impactos ambientais de empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras e que tem como finalidade, subsidiar a análise técnica que antecede a emissão de licença ambiental municipal;

V - entende-se por Impacto Ambiental: qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do Meio Ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas e que, direta ou indiretamente, afetem: a saúde, a segurança ou bem estar da população, as atividades sociais e econômicas, a flora e a fauna, as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente, a qualidade dos recursos ambientais;

VI - entende-se por impacto ambiental local: todo e qualquer impacto ambiental que diretamente (área de influência do projeto) afete apenas o território do Município;



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

VII - sistema de Controle Ambiental – SCA – Conjunto de operações e/ ou dispositivos destinados ao controle de resíduos sólidos, efluentes líquidos, emissões atmosféricas, e radiações eletromagnéticas, objetivando a correção ou redução dos impactos negativos gerados;

VIII - entende-se por Termo de Referência - TR: Roteiro apresentado o conteúdo e os tópicos mais importantes a serem tratados em determinado Estudo Ambiental;

IX - entende-se por Cadastro Descritivo – CD: Conjunto de informações organizadas na forma de formulário, exigido para análise do licenciamento prévio de empreendimentos e atividades.

Art. 52. São licenças Ambientais Municipais:

- I - licença prévia (LP);
- II - licença de instalação (LI);
- III - licença de operação (LO).

Seção II

Das normas gerais

Art. 53. O controle ambiental nos limites do território municipal será exercido pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMMA, sempre que possível em conjunto com órgãos da esfera estadual ou federal, através de acordos e convênios de colaboração mútua, observando para tal os preceitos da legislação referente, em vigor no Estado do Pará.

Art. 54. São instrumentos para a implantação da política municipal de meio ambiente:

- I – código de postura do município;
- II – lei orgânica do município;
- III – código tributário do município;
- IV – lei orçamentária do município;
- V – licenciamento ambiental;
- VI – estudos prévios de impactos ambientais e respectivos relatórios;
- VII – definição de áreas de proteção ambiental, de bosques e parques ambientais no município;
- VIII – educação ambiental;
- IX – audiências públicas;
- X – incentivos a produção de tecnologias, voltadas para a melhoria da qualidade ambiental.

Art. 55. Os resíduos líquidos, sólidos, gasosos ou em qualquer estado de agregação da matéria, provenientes de fontes poluidoras, somente poderão ser lançados ou liberados, direta ou indiretamente, nos recursos ambientais situados no território do Município, desde que obedecidas às normas e padrões estabelecidos nesta Lei e em Legislação Complementar.

§ 1º Considera-se fonte de poluição, qualquer atividade, sistema, processo, operação, maquinaria, equipamento ou dispositivo, móvel ou não, que induza, produza ou possa produzir poluição.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

§ 2º Consideram-se recursos ambientais, a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo e os elementos nele contidos, o subsolo, a flora e a fauna.

§ 3º Considera-se poluente toda e qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, cause poluição, em intensidade, em quantidade, em concentração ou com características em desacordo com as normas e padrões estabelecidos em legislação específica.

§ 4º Considera-se poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta e indiretamente:

- I - prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- II - criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;
- III - afetem desfavoravelmente o conjunto de seres animais e vegetais de uma região;
- IV - afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;
- V - lancem matérias ou energias em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

Art. 56. Fica o Poder Executivo autorizado a determinar medidas de emergência a fim de evitar episódios críticos de poluição ambiental ou impedir a sua continuidade em casos de grave e iminente risco para as vidas humanas ou recursos econômicos.

Parágrafo único. Para a execução das medidas de emergência de que trata este artigo, poderão, durante o período crítico, serem reduzidas ou impedidas quaisquer atividades em áreas atingidas pela ocorrência.

Art. 57. Os infratores das normas municipais de meio ambiente estarão sujeitos as penalidades previstas no Capítulo VIII, Seção XII, Subseção III.

Art. 58. Os recursos contra as sanções impostas seguem o normatizado no Capítulo VIII, Seção XII, Subseção IV.

Seção III

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 59. A construção, instalação, ampliação, reforma e funcionamento de empreendimentos e atividades utilizadoras e exploradoras de recursos naturais, considerados efetivos ou potencialmente poluidores, bem como, os capazes de causar significativa degradação ambiental, sob qualquer forma, deverão realizar prévio licenciamento junto ao órgão ambiental municipal.

§ 1º As atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento estão elencados no anexo I desta Lei, em consonância com a resolução CONAMA nº 237 de 16 de dezembro de 1997 e Resolução do COEMA nº 079/2009 de 02 de julho de 2009.

§ 2º O licenciamento de que trata o caput desse artigo será precedido de estudos que comprovem, dentre outros requisitos, os seguintes:



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

I - os reflexos sócio-econômicos às comunidades locais, considerados os efetivos e comprovados riscos de poluição do meio ambiente e de significativa degradação ambiental, comparados com os benefícios resultantes para a vida e o desenvolvimento material e intelectual da sociedade;

II - as consequências diretas ou indiretas sobre outras atividades praticadas no município, inclusive de subsistência.

Art. 60. Para o licenciamento ambiental no Município de Santa Barbara do Pará poderão ser utilizados os seguintes estudos ambientais, a serem realizados nas fases do licenciamento:

I - Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu Relatório de Impacto Ambiental – **EPIA/RIMA**;

II – Estudo Ambiental Prévio – **EAP**;

III - Projeto de Engenharia Ambiental – **PEA**;

IV - Relatório Ambiental Simplificado – **RAS**;

V - Plano de Controle Ambiental – **PCA**;

VI - Plano de Recuperação de Área Degradada – **PRAD**;

VII - Plano de Monitoramento Ambiental – **PMA**;

VIII - Relatório de Controle Ambiental – **RCA**;

IX - Estudo de Risco – **ER**;

Art. 61. Todos os estudos ambientais necessários ao licenciamento ambiental correrão as expensas do empreendedor e serão de sua responsabilidade as informações prestadas.

§ 1º Os estudos só poderão ser feitos por pessoas físicas e jurídicas devidamente habilitadas junto aos respectivos conselhos de profissionais e cadastradas na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

§ 2º Deverão estar em anexo ao respectivo estudo, a comprovação das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART devidamente atualizadas.

§ 3º Quando o empreendedor protocolizar o respectivo estudo competente deverá fazê-lo em duas (2) vias, com exceção do EPIA/RIMA que deverá ser em 03 (três) vias, sendo sua consulta de livre acesso.

Art. 62. Os pedidos de licenciamento deverão ser requeridos em formulário próprio, junto à SEMMA (Anexo III).

§ 1º A SEMMA disponibilizará o roteiro de informações necessárias aos estudos solicitados, bem como, os documentos necessários aos pedidos de licenciamento.

§ 2º Todos os pedidos de licenciamento, inclusive os de renovação deverão ser publicados de forma resumida em jornal de circulação local, pelo menos uma vez, e as expensas serão arcadas pelo empreendedor ressalvado os casos de sigilo industrial ou de segurança nacional.

Art. 63. Para efeito do disposto no art. 59, o licenciamento obedecerá às seguintes etapas:



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

I - licença previa (LP) - emitida na fase preliminar da atividade, devendo resultar da análise dos requisitos básicos a serem atendidos quanto a sua localização, instalação, operação e concepção da proposta, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de implantação, observadas as diretrizes do zoneamento ecológico-econômico, sem prejuízo do atendimento ao disposto no plano de uso de ocupação do solo;

II - licença de instalação (LI) - emitida após a fase anterior, a qual autoriza a implantação da atividade, de acordo com as especificações constantes do projeto executivo aprovado;

III - licença de operação (LO) - emitida após a fase anterior, a qual autoriza a operação da atividade e o funcionamento de seus equipamentos de controle ambiental, de acordo com o previsto nas Licenças Prévia e de Instalação.

§ 1º A Licença Prévia poderá ser dispensada no caso de ampliação de atividade.

§ 2º O prazo de validade da LP será de no máximo um ano, podendo ser requerida sua prorrogação por igual período, em uma única vez, com antecedência mínima de sessenta dias.

§ 3º O prazo de validade da LI será de no máximo um ano, podendo ser requerida sua prorrogação por igual período, em uma única vez, com antecedência mínima de sessenta dias.

§ 4º O prazo da validade da LO será de um ano, podendo ser requerida sua prorrogação por igual período, com antecedência mínima de noventa dias.

§ 5º As licenças são intransferíveis, e ocorrendo alteração da pessoa jurídica, responsável pelo pedido de licenciamento, deverão proceder a sua substituição junto ao órgão municipal de meio ambiente, devidamente legalizados.

Art. 64. Para instrução do pedido de LP e abertura do respectivo processo, o interessado deverá entregar no Protocolo Geral da SEMMA, os seguintes documentos:

I - requerimento do empreendedor ou representante legal de acordo com o modelo anexo III;

II - comprovante de Recolhimento da taxa ambiental ao Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA de acordo com a tabela de valores no anexo IV;

III - RG, CNPF/MF se pessoa física ou, contrato social registrado ou ata de eleição da atual diretoria e CNPJ/MF, se pessoa jurídica;

IV - estudo Ambiental (EPIA-RIMA, RAP ou RAS) ou cadastro descritivo (CD), conforme couber.

Art. 65. Para instrução do pedido de LI e abertura do respectivo processo, o interessado deverá entregar no Protocolo Geral da SEMMA, os seguintes documentos:

I - requerimento empreendedor ou representante legal de acordo com o modelo anexo III;

II - comprovante de recolhimento da taxa ambiental do Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, conforme tabela de conversão de valores no anexo IV;

III - cópia de Licença Prévia, inciso I do art. 63;



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

IV – RG, CNPF/MF se pessoa física ou, contrato social registrado ou ata de eleição da atual diretoria e CNPJ/MF, se pessoa jurídica;

V - plano de Controle Ambiental – PCA com respectiva anotação de responsabilidade técnica – ART ou equivalente, ou outro que couber.

Art. 66. Para instrução do pedido de LO e abertura do respectivo processo, o interessado deverá entregar no Protocolo Geral da Prefeitura, os seguintes documentos:

I - requerimento do empreendedor ou representante legal de acordo com o modelo anexo IV;

II - comprovante de recolhimento da taxa ambiental ao Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA conforme tabela de conversão de valores no anexo IV;

III - cópia da Licença de Instalação, inciso II do art. 63;

IV - declaração do responsável técnico pelo plano de controle ambiental de que os projetos foram implantados em conformidade com o aprovado na fase de LI acompanhada da ART de Execução do Projeto.

Art. 67. Excetuando-se a análise que envolve Estudo Prévio de Impacto Ambiental EPIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, cujo prazo máximo é de seis meses, assim como a análise pertinente aos procedimentos simplificados, cujo prazo máximo é de dois meses, todas as demais licenças devem ser analisadas em prazo máximo de 03 (três) meses.

Art. 68. Em caso de indeferimento de alguma licença o empreendedor poderá apresentar uma justificativa técnica dirigida ao Secretário Municipal de Meio Ambiente solicitando a sua re-análise, que deverá ser analisada num prazo máximo de trinta dias.

Parágrafo único. Caso mantido a negativa caberá recurso administrativo ao COMDEMA que deverá manifestar-se positiva ou negativamente num prazo de quinze dias após a entrega de documento.

Art. 69. É nula a emissão de qualquer licença quando omitida ou não cumprida integralmente os requisitos desta lei.

Art. 70. Ficam instituídas as taxas descritas no art. 71, decorrente das atividades de exame, controle e fiscalização no exercício regular do poder de polícia administrativa ambiental, de competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA.

Art. 71. As taxas pelo exercício regular do poder de polícia ambiental de competência da SEMMA são:

I – taxa de licença prévia;

II – taxa de licença de instalação;

III – taxa de licença de operação.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

Art. 72. As Taxa da Licença Prévia se faz necessária às atividades municipais de exame, controle e fiscalização ao cumprimento das normas ambientais, consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

Art. 73. A Taxa de Licença de Instalação se faz necessária as atividades municipais de exame, controle e fiscalização quanto às normas ambientais inerentes a implantação de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetivas ou potencialmente capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

Art. 74. A Taxa de Licença de Operação se faz necessária as atividades municipais de exame, controle e fiscalização quanto às normas ambientais inerentes ao funcionamento (a operação) de atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetivas ou potencialmente capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

Art. 75. O contribuinte das taxas previstas nesta Lei é a pessoa física ou jurídica que realiza atividades, obras ou empreendimentos considerados efetivos ou potencialmente poluidores, ou capazes sob qualquer forma, de causar significativa degradação ambiental, sujeitas ao exame, controle e à fiscalização ambiental, do Poder Público Municipal.

Parágrafo único. Enquadra-se na definição disposta no *caput* deste artigo o uso ou usurpação do solo ou subsolo para instalação de cabeamento, as obras realizadas em desacordo com as normas edilícias, ou ainda as instalações de equipamentos de medição em postes, consideradas aí o impacto ambiental decorrentes de tal atividade, inclusive os visuais.

Art. 76. As taxas serão lançadas em nome do contribuinte, com base nos dados por ele fornecidos e/ou apurados pela SEMMA.

Art. 77. As taxas de licença serão cobradas quando do licenciamento e em cada exercício civil posterior, por ocasião da renovação.

Art. 78. As taxas de Licença serão cobradas sempre que ocorrer mudança de ramo e/ou de atividades, transferência de local ou ampliação de atividades.

Art. 79. Os empreendimentos construídos em mais de uma atividade, sujeitas ao licenciamento ambiental, sofrerão a incidência da taxa respectiva, em cada atividade isoladamente considerada.

Art. 80. As taxas incidem sobre as atividades, obras e empreendimentos, isoladamente considerados.

Art. 81. A SEMMA cobrará tarifa pela utilização efetiva dos serviços de análise laboratorial de recursos naturais, quanto à qualidade ambiental, e das unidades de conservação instituídas em espaço público.

Parágrafo único. O Poder Executivo fixará por decreto os valores das tarifas previstas neste artigo.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

Art. 82. Compete ao órgão ambiental municipal SEMMA, ouvidos os órgãos competentes da União e do Estado, quando couber, o Licenciamento Ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado ou pela União, por instrumento legal ou convênio, de acordo com o anexo único da Resolução do COEMA nº 079 de 02/07/2009 reproduzida no anexo I desta lei.

Art. 83. As receitas originárias das taxas e tarifas previstas nesta Lei serão destinadas ao Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, criada de acordo com o Capítulo VI, desta lei.

Art. 84. A base de cálculo das taxas previstas no art. 71 é o valor correspondente a R\$ 9.179,50 (nove mil cento e setenta e nove reais e cinquenta centavos), sobre o qual incidirão as alíquotas, de acordo com a tabela do anexo IV que acompanha esta Lei e dela passa a fazer parte integrante.

Parágrafo único. A atualização do valor previsto neste artigo, far-se-á a cada exercício fiscal com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E ou outro índice econômico que venha a ser adotado pelo Município de Belém, à data do pagamento da taxa respectiva.

Art. 85. Para a incidência das alíquotas referidas no artigo anterior, as atividades, obras ou empreendimentos sujeitos às taxas, serão enquadradas em classes, definidas mediante a conjugação dos seguintes critérios:

- I – parte da atividade, obras ou empreendimento; e
- II – potencial poluidor/degradador da atividade, obra ou empreendimento.

Parágrafo único. O enquadramento das atividades, obras e empreendimentos, nas classes, foi determinado pelo COEMA através do anexo único da Resolução nº 079, de 02 de julho de 2009, reproduzida no anexo I desta lei.

Seção IV

Da avaliação previa de impactos ambientais

Art. 86. O licenciamento de obras ou atividades comprovadamente considerada efetiva ou potencialmente poluidora ou capaz de causar degradação ambiental dependerá de avaliação dos impactos ambientais.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente definirá, através de Resolução, as atividades e obras que dependerão de elaboração do EPIA/RIMA, observando as normas federais e estaduais vigentes sobre a matéria e, dentre outros, os seguintes requisitos:

- I - as diretrizes do planejamento e zoneamento ambientais, nos termos estatuídos nesta lei;
- II - o grau de complexidade de cada obra ou atividade;
- III - a natureza e as dimensões dos empreendimentos;
- IV - as peculiaridades de cada obra ou atividade;



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

- V - os estágios em que já se encontram os empreendimentos iniciados;
- VI - as condições ambientais da localidade ou região;
- VII - o grau de saturação do meio ambiente, em razão do fator de agregação de atividades poluidoras no município.

Art. 87. Para o licenciamento de obra ou atividade que dispensar a elaboração do EPIA/RIMA, o órgão ambiental poderá exigir outros instrumentos específicos para a avaliação dos impactos ambientais.

Parágrafo único. No caso das obras ou atividades referidas no *caput* deste artigo poderá o Poder Público utilizar a autorização, a título precário como procedimento preliminar de regulamentação.

Art. 88. O Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA é instrumento de análise de processos e métodos sobre a viabilidade da implantação de obra ou atividade, pública ou privada, tendo como objetivo deferir ou indeferir o licenciamento requerido.

Art. 89. O Relatório de Impacto Ambiental-RIMA refletirá as conclusões do EPIA e visa a transmitir informações fundamentais do mencionado estudo, através de linguagem acessível a todos os segmentos da população, de modo a que se conheça as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais decorrentes de sua implantação.

Art. 90. A elaboração do EPIA/RIMA obedecerá aos princípios, objetivos e diretrizes estabelecidos pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, em perfeita consonância e compatibilização com a legislação federal e estadual pertinente, especialmente as normas sobre a matéria editadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Art. 91. A análise do EPIA/RIMA deverá obedecer a prazos fixados em regulamento, segundo o grau de complexidade dos respectivos empreendimentos.

Art. 92. O órgão ambiental, ao receber o RIMA, estabelecerá prazo para o recebimento dos comentários por parte dos órgãos públicos e demais interessados e sempre que julgar necessário promoverá a realização de audiência pública.

§ 1º As audiências públicas destinar-se-ão a fornecer informações sobre o projeto e seus impactos ambientais e a possibilitar a discussão e o debate sobre o RIMA.

§ 2º As audiências públicas serão convocadas pelo órgão ambiental, por solicitação:

- I - do representante legal do órgão ambiental;
- II - de entidade da sociedade civil;
- III - de órgão ou entidade pública, que direta ou indiretamente tenha envolvimento com as questões ambientais;
- IV - do Ministério Público Federal ou Estadual ou Municipal;
- V - de cinquenta ou mais cidadãos.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

§ 3º A audiência pública deverá ser realizada em local de fácil acesso aos interessados.

§ 4º Comparecerão obrigatoriamente à audiência pública, os servidores públicos responsáveis pela análise e licenciamento ambiental, os representantes de cada especialidade da equipe multidisciplinar que elaborou o RIMA, o requerente do licenciamento ou seu representante legal e o representante do Ministério Público, que para tal fim deve ser notificado pela autoridade competente, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco dias).

§ 5º A realização das audiências públicas será sempre precedida de ampla divulgação, assegurada pela publicação de, no mínimo, três vezes consecutivas, no Diário Oficial do Estado e nos jornais de grande circulação no Município, através de nota contendo todas as informações indispensáveis ao conhecimento público da matéria.

Art. 93. O órgão ambiental somente emitirá parecer final sobre o RIMA, depois de concluída a fase de audiência pública.

Parágrafo único. O órgão ambiental, ao emitir parecer sobre o licenciamento requerido, analisará as proposições apresentadas na audiência pública, manifestando-se sobre a pertinência das mesmas.

Seção V

Da fiscalização ambiental

Art. 94. Fica instituído o poder de polícia administrativo para os servidores lotados no setor de fiscalização ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, bem como para agentes credenciados ou conveniados ou, quando se fizer necessário, pelo COMDEMA.

Parágrafo único. Os servidores e os agentes credenciados ou conveniados que refere o *caput* deste artigo terão poderes para apurar infrações ambientais, lavrar instrumentos de fiscalização, iniciando sanções administrativas que evitem a continuidade de danos ambientais, tais como:

- I – apreensões de produtos e equipamentos;
- II – guarda ou depósito de produtos e equipamentos;
- III – embargo e interdição temporária de atividades;
- IV – doação de produtos perecíveis;
- V – soltura de animais silvestres; e
- VI – inutilização de apetrechos predatórios.

Art. 95. Os servidores e agentes credenciados ou conveniados, designados para atuarem na fiscalização ambiental serão chamados de agentes de fiscalização ambiental e ficam sujeitos a estrita observância das obrigações contidas neste diploma legal e serão nomeados através de Portaria pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, ficando assegurados aos mesmos, livre acesso a qualquer dia e hora e sua permanência pelo tempo que se fizer necessário, em estabelecimentos públicos ou privados, bem como nos empreendimentos imobiliários, respeitados os mandamentos da Constituição Federal.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

Parágrafo único. São obrigações dos agentes de fiscalização ambiental conhecer a estrutura organizacional do órgão ambiental, seus objetivos e competências como órgão de gestão ambiental e sobre a política municipal, estadual e nacional de meio ambiente, assim como:

I - aplicar as técnicas, procedimentos e conhecimentos inerentes a prática fiscalizadora do meio ambiente, adquiridas nos cursos e treinamentos;

II - apresentar relatório de suas atividades, relatórios circunstanciados na apuração da infração ambiental, laudos técnicos sobre danos ambientais para formalizar o processo administrativo punitivo;

III - lavrar corretamente os instrumentos de fiscalização que farão parte do processo administrativo punitivo, preencher de forma concisa e legível, com informações objetivas e verídicas com o devido enquadramento legal evitando nulidade da atuação;

IV - obedecer rigorosamente os deveres, proibições, determinações superiores e responsabilidades relativas ao servidor público;

V - zelar pela manutenção, uso adequado e racional dos equipamentos, barcos, veículos e outros instrumentos que lhes forem confiados;

VI - identificar-se sempre em que estiver em ação de fiscalização; e

VII - submeterem-se as diversidades inerentes ao exercício da fiscalização, atuando em locais, dias e horários necessários para atuação.

Art. 96. O agente de fiscalização ambiental possui fé pública nas observações verídicas e circunstanciadas durante a apuração da infração ambiental.

Art. 97. Todo e qualquer material ou equipamento inerente à fiscalização em poder do agente de fiscalização ambiental, deverá ser devolvido por ocasião de seu afastamento da atividade.

Art. 98. São instrumentos de fiscalização que serão utilizados pelo agente de fiscalização ambiental para compor o processo administrativo punitivo:

I – auto de infração ambiental (ANEXO V);

II – termo de apreensão e depósito (ANEXO VI);

III – termo de embargo/interdição ou suspensão; (ANEXO VII);

IV – termo de doação, soltura ou liberação (ANEXO VIII), e

V – termo de notificação (ANEXO IX).

§ 1º os instrumentos de fiscalização deverão conter identificação completa do infrator; especificações quantitativas e qualitativas; a assinatura do agente de fiscalização ambiental, obrigatoriamente deverá estar acompanhada do seu nome completo e número de matrícula e cargo ou função; assim como, assinatura de testemunhas, obedecendo aos modelos constantes dos anexos.

§ 2º os formulários dos instrumentos de fiscalização serão entregues ao agente de fiscalização ambiental, numerados e em série, mediante assinatura de documento de entrega e recebimento, passando a responder pela sua guarda e utilização.

§ 3º A forma e conteúdo dos formulários de instrumentos de fiscalização descritos nos



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

itens I ao V deste artigo poderão ser alterados mediante portaria expedida pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente.

Art. 99. A SEMMA, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

- I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- II – omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
- III – superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

Art. 100. As infrações ambientais serão apuradas em processo administrativo instruído de acordo com o Capítulo VIII, Seção XII, Subseção IV desta lei.

Seção VI

Da poluição

Subseção I

Da poluição do solo

Art. 101. O Poder Público manterá, sob sua responsabilidade, áreas especificamente destinadas para disposição final de resíduos de qualquer natureza, cabendo-lhe a elaboração e aprovação dos projetos necessários e específicos relativos a essa utilização do solo.

§ 1º No caso de utilização do solo de propriedade privada para disposição final de resíduos de qualquer natureza, deve ser observado projeto específico licenciado pelo órgão ambiental competente.

§ 2º Quando o destino final do resíduo exigir a execução de aterros deverá ser assegurado medidas adequadas para a proteção das águas superficiais e subterrâneas.

§ 3º Os resíduos portadores de microorganismos patogênicos ou de alta toxicidade, bem como inflamáveis, explosivos, radioativos e outros classificados como perigosos, antes de sua disposição final no solo, deverão ser submetidos a tratamento e acondicionamento adequados.

Art. 102. Fica vedado o transporte e a disposição final no solo do Território municipal, de quaisquer resíduos tóxicos, radioativos e nucleares, quando provenientes de outros Municípios, Estados ou Países.

Art. 103. A acumulação de resíduos que ofereçam comprovados riscos de poluição ambiental, nas áreas de propriedade da fonte geradora do risco ou em outros locais, somente será permitida mediante observância das cautelas necessárias, com aquiescência do órgão ambiental.

Art. 104. O transporte, a disposição e o tratamento de resíduos de qualquer natureza deverão ser feitos pelos responsáveis da fonte geradora.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se também aos lodos, digeridos ou não, do sistema de tratamento de resíduos ou de outros materiais.

Art. 105. O reaproveitamento, a reciclagem e a venda de resíduos perigosos dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental.

Subseção II

Da poluição do ar

Art. 106. Poder Público, visando ao controle da poluição do ar, por fontes fixas ou móveis, estabelecerá os limites máximos permissíveis de emissão de poluentes atmosféricos e os padrões de qualidade do ar, através de normas específicas, em consonância com a legislação Federal e Estadual em vigor.

Art. 107. As fontes de poluição atmosférica, para os quais não forem estabelecidos os limites máximos de emissão, deverão adotar sistemas de controle e tratamento de poluentes, baseados no uso de tecnologias comprovadamente eficientes para cada caso.

Art. 108. Os responsáveis pelas fontes geradoras de poluentes atmosféricos, instalados ou a se instalarem no Município, ficam obrigados a adoção de medidas destinadas a prevenir ou corrigir os inconvenientes e prejuízos decorrentes de suas emissões no meio ambiente, a serem definidas em norma específica, obedecidos os princípios e diretrizes estabelecidos em lei.

§ 1º A adoção de tecnologia dos sistemas de controle ou tratamento de poluentes depende da elaboração de plano de controle aprovado pelo órgão ambiental.

§ 2º O Plano de controle será elaborado pelo responsável da fonte de poluição e conterá as medidas a serem adotadas e os respectivos níveis de emissão, compatibilizados com as características locais onde a fonte se localiza.

Art. 109. Incubem ao órgão ambiental a ampla e sistemática divulgação dos níveis de qualidade do ar e das principais fontes poluidoras, através dos diversos meios de comunicação de massa.

Subseção III

Da poluição das águas

Art. 110. Os efluentes de qualquer atividade somente poderão ser lançados, direta ou indiretamente nas águas interiores, superficiais ou subterrâneas e nos coletores de água, desde que obedeçam aos padrões de emissão estabelecidos em legislação específica, federal, estadual e municipal.

Parágrafo único. Os efluentes de que trata este artigo não poderão conferir ao corpo receptor, características em desacordo com os critérios e padrões de qualidade das águas, definidos pelo órgão competente, em consonância com a legislação federal e estadual em vigor.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

Art. 111. Fica vedada a diluição dos efluentes líquidos com águas não poluidoras ou outras que possam alterar a sua composição ao serem lançados no corpo receptor.

Art. 112. Os órgãos Municipais competentes estabelecerão medidas contra a contaminação das águas interiores, superficiais e subterrâneas, bem como a instituição das respectivas áreas de proteção.

Art. 113. As águas doces e salobras do município obedecerão à classificação geral prevista na legislação federal, complementada por norma específica, naquilo que couber.

Subseção IV

Da poluição sonora

Art. 114. Os níveis máximos permitidos dos sons, ruídos e vibrações, bem como as diretrizes, critérios e padrões, para o controle da poluição sonora interna e externa, decorrentes de atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive de propaganda política e outras formas de divulgação sonorizada, serão estabelecidas em normas específicas.

Art. 115. Os ruídos e sons produzidos por veículos automotores deverão atender aos limites estabelecidos pelo Poder Público, em consonância com a legislação federal e estadual pertinente.

Subseção V

Da poluição visual

Art. 116. Todo e qualquer material que fique exposto em via pública, com a finalidade de fazer propaganda ou similar, tipo “outdoors”, placas, telões, e afins, não poderão causar os seguintes inconvenientes:

- I - atrapalhar a visibilidade da sinalização vertical e/ou horizontal das vias públicas;
- II – dificultar, atrapalhar ou impedir a livre circulação dos pedestres e veículos pela via ou passeios públicos;
- III – ser exposta de tal forma a desviar a atenção dos motoristas e pedestres que transitam pela via pública, de forma que venha ou possa vir a causar acidentes com os mesmos.

Art. 117. Fica vedada a utilização de qualquer equipamento da via pública, com a finalidade de qualquer tipo de propaganda, sem o consentimento do órgão responsável pelo mesmo, inclusive a propaganda eleitoral.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo se considera equipamentos da via pública, os postes de transmissão de energia elétrica e iluminação pública, telefones públicos, paradas de ônibus, árvores, lixeiras, entre outros.

Art. 118. A pichação de qualquer propriedade pública ou privada será considerada uma infração gravíssima, principalmente quando praticada em monumento público.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

CAPÍTULO VIII
DOS INSTRUMENTOS DE AÇÃO

Seção I
Do zoneamento ecológico-econômico

Art. 119. O Poder Público utilizará o Zoneamento Ecológico-Econômico, - que, quando concluído, deverá ser aprovado por lei, como base do planejamento municipal no estabelecimento de políticas, programas e projetos, visando à ordenação do território e à melhoria da qualidade de vida das populações urbanas e rurais.

Parágrafo único. A Política Municipal do Meio Ambiente deverá ser ajustada às conclusões e recomendações do Zoneamento Ecológico-Econômico.

Seção II
Da arborização urbana

Art.120. A vegetação de porte arbóreo, localizada no Município de Santa Barbara do Pará é considerada bem de interesse comum, integrante do Patrimônio Ambiental Municipal.

§ 1º Fica obrigado o plantio de pelo menos uma árvore para cada uma suprimida em terreno ou via pública, em todo o Município de Santa Barbara do Pará, pela pessoa responsável pela retirada do vegetal.

§ 2º A retirada de árvores só será permitida se comprovado tecnicamente o comprometimento do vegetal por qualquer circunstância, por técnico autorizado pelo órgão ambiental municipal, sendo obrigatória a substituição das mesmas por espécie indicada pelo referido órgão.

Art. 121. Nas obras de interesse público ou privado, deverá ser preservada a vegetação de porte arbóreo, existente na área.

Art. 122. Na impossibilidade da preservação a que se refere o artigo anterior, serão destinados previamente novos espaços verdes na área ou em outra a ser definida pelo órgão ambiental municipal.

Parágrafo único. Em qualquer das hipóteses previstas neste artigo, serão utilizadas espécies da flora indicada pelo órgão ambiental municipal.

Art. 123. Na execução de planos de urbanização, deverão ser previstas áreas verdes e arborização nas vias públicas, as quais deverão ser aprovadas pelo órgão ambiental municipal.

Art. 124. Quando a execução de obras e urbanização de áreas particulares não contempladas no Plano Diretor, incidirem sobre o espaço físico dotado de vegetação, de médio e grande porte, a respectiva licença se dará mediante prévia manifestação do órgão ambiental municipal.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

Seção III

Do gerenciamento fluvial

Art. 125. O Poder Público estabelecerá políticas, planos e programas para o gerenciamento da zona fluvial municipal, que será definida em lei específica, com o objetivo de:

I - planejar e gerenciar, de forma integrada, descentralizada e participativa, as atividades sócio-econômicas, e garantir a utilização, controle, conservação, preservação e recuperação dos recursos naturais e ecossistemas;

II - obter um correto dimensionamento das potencialidades e vulnerabilidades;

III - assegurar a utilização dos recursos naturais, com vista a sua sustentabilidade permanente;

IV - compatibilizar a ação humana, em quaisquer de suas manifestações, com dinâmica dos ecossistemas, de forma a assegurar o desenvolvimento econômico e social ecologicamente sustentado e a melhoria da qualidade de vida;

V - exercer efeito controle sobre os agentes causadores de poluição, sob todas as suas formas, ou de degradação ambiental que afetem, ou possam vir afetar, a zona fluvial.

Seção IV

Dos espaços territoriais especialmente protegidos

Art. 126. Os espaços territoriais especialmente protegidos, aqueles necessários à preservação ou conservação dos ecossistemas representativos do Município, são os seguintes:

I - as áreas de preservação permanente previstas na legislação federal e/ou estadual;

II - as áreas criadas por ato do Poder Público através de lei específica da Câmara Municipal.

Art. 127. Na distribuição de terras públicas destinadas à agropecuária, definida em planos de colonização e reforma agrária, não podem ser incluídas as áreas de que trata o artigo anterior.

Art. 128. Os espaços territoriais especialmente protegidos, para efeitos ambientais, serão classificados, sob regimes jurídicos específicos, conforme as áreas por eles abrangidas sejam:

I - de domínio público do Município;

II - de domínio privado, porém, sob regime jurídico especial, tendo em vista a declaração das mesmas como de interesse para a implantação de unidade de conservação da natureza, as limitações de organização territorial e de uso de ocupação do solo;

III - de domínio privado, cuja vegetação de interesse ambiental, original ou constituída, a crédito de autoridade competente seja gravada com cláusula de perpetuidade, mediante averbação em registro público.

Art. 129. As áreas mencionadas no inciso I do artigo anterior serão classificadas, para efeito de organização e administração, observados os seguintes critérios:



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

I - proteção dos ecossistemas que somente poderão ser definidos e manejados sob pleno domínio de seus fatores naturais;

II - desenvolvimento científico e técnico e atividades educacionais;

III - manutenção de comunidades tradicionais;

IV - desenvolvimento de atividades de lazer, cultura e turismo ecológico;

V - conservação de recursos genéticos;

VI - conservação da diversidade biológica e do equilíbrio do meio ambiente;

VII - consecução do controle da erosão e assoreamento em áreas significativamente frágeis.

§ 1º O Poder Público fixará os critérios de uso, ocupação e manejo das áreas referidas neste artigo, sendo vedadas quaisquer ações ou atividades que comprometam ou possam vir a comprometer, direta ou indiretamente, seus atributos e características.

§ 2º O plano de manejo, das áreas de domínio público poderá contemplar atividades privadas, somente mediante autorização ou permissão, onerosa ou não, desde que estritamente indispensáveis aos objetivos dessas áreas.

Art. 130. As comunidades tradicionais poderão ser inseridas em áreas de domínio público, a critério da autoridade competente, desde que:

I - respeitadas as condições jurídicas pertinentes;

II - obedecido o plano de manejo das referidas áreas; e

III - mantidas as suas características originais.

§ 1º Fica garantida a participação das comunidades tradicionais no procedimento de que trata este artigo.

§ 2º Os critérios de identificação, natureza e delimitação numérica das comunidades tradicionais serão definidos por ato do Poder Executivo.

Art. 131. O Município poderá cobrar os preços públicos pela utilização de áreas de domínio público, independentemente do fim a que se destinam, sendo o produto da arrecadação aplicado prioritariamente na área que o gerou.

Art. 132. As áreas declaradas de interesse social, para fins de desapropriação, objetivando a implantação de unidades de conservação da natureza, serão consideradas espaços territoriais especialmente protegidos, não sendo nelas permitidas atividades que degradem o meio ambiente ou que, por qualquer forma, possam comprometer a integridade das condições ambientais que motivaram a expropriação.

Parágrafo único. As áreas desapropriadas serão consideradas especiais, enquanto não for declarado interesse diverso daquele que motivou a expropriação.

Art. 133. As áreas de domínio privado incluídas nos espaços territoriais especialmente protegidos, sem necessidade de transferência do domínio público, ficarão sob regime jurídico especial disciplinador das atividades, empreendimentos, processos, uso e ocupação do solo, obje-



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

tivando, conforme a figura territorial de proteção ambiental declarada, a defesa e o desenvolvimento do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Parágrafo único. A declaração dos espaços territoriais especialmente protegidos implicará, conforme o caso:

I - na disciplina especial para as atividades de utilização e exploração racional de recursos naturais;

II - na fixação de critérios destinados a identificá-los como necessários para a proteção de entorno das áreas públicas de conservação ambiental, bem como das que mereçam proteção especial;

III - na proteção das cavidades naturais subterrâneas, dos sítios arqueológicos e outros interesses culturais, bem como de seus entornos de proteção;

IV - na proteção dos ecossistemas que não envolvam a necessidade de controle total dos fatores naturais;

V - na declaração de regimes especiais, para a definição de índices ambientais, de qualquer natureza, a serem observados pelo Poder Público e pelos particulares;

VI - no estabelecimento de normas, critérios, parâmetros e padrões conforme planejamento e zoneamento ambientais;

VII - na declaração automática da desconformidade de todas as atividades, empreendimentos, processos e obras que forem incompatíveis com os objetivos ambientais inerentes ao espaço territorial protegido em que se incluam.

Art. 134. Para fins do disposto no inciso III do art. 128, o Poder Público criará incentivos e estímulos para promover a constituição voluntária de áreas protegidas de domínio privado, concedendo preferências e vantagens aos respectivos proprietários na manutenção das mesmas, nos termos do regulamento.

Art. 135. Fica criado o Sistema Municipal de Unidades de Conservação – SMUC, constituído pelas Unidades de Conservação da Natureza que vierem a ser criadas, e será administrado pelo órgão ambiental.

Art. 136. As unidades de conservação, integrantes do SMUC, serão classificadas de acordo com seus objetivos, em três grupos, que comportam categorias de manejo, baseadas em estudos e pesquisas das vocações naturais e condições sócio-econômicas das áreas selecionadas, quais sejam:

I - unidades de Proteção Integral, que têm como características básicas a proteção total dos atributos naturais, a preservação dos ecossistemas em estado natural com o mínimo de alterações e o uso indireto de seus recursos;

II - unidades de Manejo Provisório, que têm como características básicas a proteção total, de forma transitória dos recursos naturais e o uso indireto sustentável por parte das comunidades tradicionais;

III - unidades de Manejo Sustentável, que tem como características básicas a proteção parcial dos atributos naturais e o uso direto dos recursos disponíveis em regime de manejo sustentável.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

Art. 137. As categorias de manejo das unidades de conservação, de que trata o artigo anterior, e o uso das áreas adjacentes às unidades de conservação da natureza serão disciplinadas pelo Poder Público, respeitadas as características local.

Seção V

Do monitoramento

Art. 138. O monitoramento ambiental consiste no acompanhamento da qualidade dos recursos ambientais, com o objetivo de:

- I - aferir o atendimento aos padrões de qualidade ambiental;
- II - controlar o uso dos recursos ambientais;
- III - avaliar o efeito de políticas, planos e programas de gestão ambiental e de desenvolvimento econômico e social;
- IV - acompanhar o estágio populacional de espécies da flora e fauna, especialmente as ameaçadas de extinção;
- V - subsidiar medidas preventivas e ações emergenciais em casos de acidentes ou episódios críticos de poluição.

Art. 139. As obras e atividades sujeitas ao licenciamento ambiental ficam obrigadas ao automonitoramento, sem prejuízo do monitoramento procedido pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público poderá dispensar, temporariamente, o automonitoramento das indústrias que comprovarem insuficiência técnica e financeira.

Seção VI

Da educação ambiental

Art. 140. Na busca da efetivação da cidadania, da garantia de melhor qualidade de vida, da melhor distribuição de riquezas e de maior equilíbrio entre o desenvolvimento sócio-econômico e preservação do meio ambiente, a educação ambiental deverá ser efetivada, obedecendo aos seguintes princípios:

- I - os programas relacionados à exploração racional de recursos naturais, recuperação de áreas, bem como atividades de controle, de fiscalização, de uso, de preservação e de conservação ambiental, devem contemplar, em suas formulações, ações de educação ambiental;
- II - os programas de assistência técnica e financeira do Município, relativos à educação ambiental, deverão priorizar a necessidade de inclusão das questões ambientais nos conteúdos a serem desenvolvidos nas propostas curriculares, em todos os níveis e modalidades de ensino;
- III - os programas de pesquisa em ciência e tecnologia financiadas com recursos do município deverão contemplar, sempre que possível, a questão ambiental em geral e em especial, a educação ambiental;
- IV - os recursos acarretados em função de multa por descumprimento da legislação ambiental deverão ser revertidos, no mínimo, 20% (vinte por cento) de seu total, para aplicação das ações de educação ambiental, aplicáveis no local de origem da ocorrência da infração.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

Seção VII

Da participação popular e do direito a informação

Art. 141. A participação da comunidade nas decisões relacionadas ao meio ambiente será assegurada, dentre outras formas, pelas seguintes:

I - a apresentação paritária entre o poder público e a sociedade civil organizada, especialmente através de entidades devidamente constituídas e regulares perante a legislação brasileira, de trabalhadores profissionais, produtores e industriais e organismos não-governamentais, todas voltadas para a questão ambiental, no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente;

II - consulta à população interessada, através de audiência pública e, quando requerido, plebiscito convocado na forma do disposto na Lei Orgânica do Município, ambos realizados antes da expedição da licença prévia para a implantação de projetos ou atividade, pública ou privada, que possa colocar em risco o equilíbrio ecológico ou provocar significativa degradação do meio ambiente;

III - convite à participação pública nas etapas iniciais do projeto, ou do planejamento público ou privado, através das reuniões para definição do alcance dos estudos e elaboração dos termos de referência da avaliação de impacto ambiental.

Art. 142. O direito da população a informação em matéria ambiental será assegurado, especialmente através de:

I - ampla e sistemática divulgação das diretrizes básicas da Política Municipal do Meio Ambiente e suas alterações, sempre que estas ocorrerem;

II - ampla divulgação dos pareceres conclusivos e das decisões de mérito proferidas pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, decorrentes da análise do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EPIA/RIMA;

III - publicação, no prazo de 10 (dez) dias, dos atos concessivos de incentivos, através de recursos públicos, à proteção do meio ambiente e à utilização racional dos recursos ambientais;

IV - publicação, no prazo de 10 (dez) dias, dos atos de suspensão dos incentivos e dos contratos celebrados entre o Poder Público e as pessoas físicas ou jurídicas que descumprirem a legislação ambiental;

V - ampla divulgação das informações oriundas das pesquisas incentivadas pelo Poder Público, na área ambiental;

VI - ampla divulgação da realização das audiências públicas, dos plebiscitos e do conteúdo do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA;

VII - amplo acesso de qualquer cidadão, junto aos órgãos integrantes do Sistema Municipal do Meio Ambiente, às informações pertinentes aos assuntos regulados por esta Lei, que sejam de interesse coletivo ou geral, as quais serão prestadas no prazo de 15 (quinze) dias, dando-se-lhe, inclusive, se requeridas, vistas aos processos administrativos, sob pena de responsabilidade do agente da administração, que, porventura, venha negar, protelar ou dificultar, por qualquer meio, esse acesso.

§ 1º Para os efeitos dos incisos III e IV deste artigo, a publicação far-se-á, no mínimo, com afixação no quadro de aviso existente na Prefeitura e/ou na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

§ 2º A ampla divulgação referida nos incisos I, II, V e VI, dar-se-á no mínimo, através de nota resumida, publicada em jornal de circulação local, e afixada no quadro de aviso da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

§ 3º Para a efetiva garantia do direito a informações, o órgão ambiental manterá serviço específico.

Seção VIII

Das audiências públicas

Art. 143. A audiência pública a que se refere esta lei tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido Relatório de Impacto Ambiental, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito.

Art. 144. Sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público ou por cinquenta ou mais cidadãos, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente promoverá a realização de audiência pública.

§ 1º A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a partir da data do recebimento do Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente, fixará em edital e anunciará pelos meios de comunicação disponíveis local, a abertura do prazo, que será no mínimo de quarenta e cinco dias, para solicitação de audiência pública.

§ 2º No caso de haver solicitação de audiência pública e na hipótese da Secretaria Municipal de Meio Ambiente não realizá-la, a licença concedida não terá validade.

§ 3º Após este prazo, a convocação será feita pelo órgão licenciador através de correspondência registrada aos solicitantes e da divulgação em órgão da imprensa local.

§ 4º A audiência pública deverá ocorrer em local acessível aos interessados.

§ 5º Em função da localização geográfica dos solicitantes, e da complexidade do tema, poderá ser realizada mais de uma audiência pública sobre o mesmo projeto e respectivo Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente.

Art. 145. A audiência pública será dirigida pelo representante do órgão licenciador que, após a exposição objetiva do projeto e de seu respectivo Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente, abrirá as discussões com os interessados presentes.

Art. 146. Ao final de cada audiência pública, será lavrada uma ata sucinta.

Parágrafo único. Serão anexados à ata, todos os documentos que forem entregues ao presidente dos trabalhos durante a sessão.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

Art. 147. A ata da(s) audiência(s) pública(s) e seus anexos servirão de base, juntamente com o Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente, para a análise e parecer final do licenciador quanto à aprovação ou não do projeto.

Seção IX

Da fiscalização ambiental

Art. 148. A fiscalização ambiental referida no Capítulo VII, Seção V, necessária à consecução dos objetivos desta Lei, bem como de qualquer norma de cunho ambiental, será efetuada pelos diferentes Órgãos do Município, sob a coordenação do órgão ambiental, ou quando for o caso, do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

Parágrafo único. É assegurado a qualquer cidadão o direito de exercer a fiscalização referenciada neste artigo, mediante comunicação do ato ou fato delituoso à Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou à autoridade policial, que adotarão as providências, sob pena de responsabilidade.

Seção X

Dos cadastros e informações ambientais

Art. 149. O Poder Público manterá atualizados os cadastros técnicos de atividades de defesa do meio ambiente e das atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais.

§ 1º O cadastro técnico de atividades de defesa ambiental tem por fim proceder ao registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas prestadoras de serviços relativos às atividades de controle do meio ambiente, inclusive através da fabricação, comercialização, instalação ou manutenção de equipamentos.

§ 2º O cadastro técnico de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais tem por objetivo proceder ao registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades, potencialmente poluidoras ou de extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como, de produtos e subprodutos da fauna e flora.

Art. 150. Fica dispensada a exigência de apresentação da Certidão, para a obtenção de créditos ou financiamentos oficiais, destinados à recuperação do meio ambiente degradado, desde que o interessado comprove quitação com as multas ambientais, devendo o respectivo projeto ser aprovado pelo órgão ambiental.

Seção XI

Dos estímulos e incentivos

Art. 151. O Poder Público incentivará ações, atividades e procedimentos, de caráter público ou privado, que visem à proteção, manutenção e recuperação do meio ambiente e à utiliza-



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

ção sustentável dos recursos naturais, mediante a concessão de vantagens fiscais e creditícias, mecanismos e procedimentos compensatórios, apoio financeiro, técnico, científico e operacional.

§ 1º Na concessão de incentivos, o Poder Público dará prioridade às atividades de recuperação, proteção e manutenção de recursos ambientais, bem como às de educação e de pesquisas dedicadas ao desenvolvimento da consciência ecológica e de tecnologia para o manejo sustentável de espécies e ecossistemas.

§ 2º O Poder Público somente concederá incentivos mediante comprovação, pelo interessado, da licença ambiental.

§ 3º Os incentivos concedidos nos termos deste artigo serão suspensos ou extintos quando o beneficiário descumprir as disposições da legislação ambiental.

CAPÍTULO XII

DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

Seção I

Das disposições gerais

Art. 152. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais, civis e administrativas, independentemente da obrigação de reparo do dano.

Art. 153. O servidor público municipal que verificar a ocorrência de infração à legislação ambiental e não for competente para formalizar a exigência, comunicará o fato, em representação circunstanciada, à chefia imediata, que adotará as providências cabíveis.

Seção II

Das infrações e sanções civis

Art. 154. É o poluidor obrigado a indenizar os danos que, por ação ou omissão, causar ao meio ambiente.

Parágrafo único. Quando se tratar de pesca predatória praticada sob qualquer instrumento, fica o poluidor passível das penalidades previstas no art. 156, incisos II e III, cumulativamente, desta lei.

Seção III

Das infrações e sanções administrativas

Art. 155. Considera-se infração administrativa qualquer inobservância a preceito desta Lei, das Resoluções do Conselho Municipal do Meio Ambiente e da legislação ambiental federal, estadual e municipal, especialmente as seguintes:

I - construir, instalar, ampliar ou fazer funcionar em qualquer parte do território do Município, estabelecimentos, obras e atividades utilizadoras de recursos ambientais considerados,



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

comprovadamente, efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, também, comprovadamente, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, sem o prévio licenciamento do órgão ambiental ou com ele em desacordo;

II - emitir ou despejar efluentes ou resíduos líquidos, sólidos ou gasosos, em desacordo com as normas legais ou regulamentares, relativas à proteção do meio ambiente;

III - causar poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

IV - desrespeitar interdições de uso de passagens e outras estabelecidas administrativamente para a proteção contra a degradação ambiental ou, nesses casos, impedir ou dificultar a atuação de agentes do Poder Público;

V - utilizar ou aplicar agrotóxicos, seus componentes e afins, contrariando as restrições constantes do registro do produto e de normas regulamentares emanadas dos órgãos federais, estaduais e municipais competentes;

VI - desobedecer ou inobservar normas legais ou regulamentares padrões e parâmetros federais, estaduais ou municipais, relacionados com o controle do meio ambiente.

Art. 156. Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, as infrações ambientais serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de:

I - advertência;

II - multa, simples ou diária;

III - apreensão de animais, de produtos, instrumentos, apetrechos, equipamentos e veículos de qualquer natureza utilizados no cometimento da infração;

IV - inutilização do produto;

V - interdição do produto;

VI - suspensão de venda e/ou fabricação do produto;

VII - embargo, desfazimento ou demolição da obra;

VIII - interdição parcial ou total, temporária ou definitiva, do estabelecimento ou atividade;

IX - cassação do alvará de licença de estabelecimento, obra ou atividade, ou do alvará de autorização para funcionamento;

X - indicação ao órgão competente para decidir sobre a perda ou restrição, ou não, de incentivos concedidos pelo Poder Público;

XI - indicação ao órgão competente para decidir sobre a perda ou suspensão, ou não, da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

XII - redução de atividades geradoras de poluição de acordo com os níveis previstos na licença;

XIII - prestação de serviços à comunidade.

Parágrafo único. As penalidades previstas neste artigo podem ser aplicadas cumulativamente independentemente das multas;

Art. 157. As infrações ambientais classificam-se:

I - leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância atenuante;

II - graves, aquelas em que for verificada uma circunstância agravante;



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

III - gravíssimas, aquelas em que for verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

§ 1º Quando o infrator praticar simultaneamente duas ou mais infrações ser-lhe-ão aplicadas cumulativamente às penas a elas cominadas.

§ 2º Para configurar a infração, basta à comprovação do nexos causal entre a ação ou omissão do infrator e o dano.

Art. 158. A advertência será aplicada sempre por escrito e único e exclusivamente nas infrações leves.

Art. 159. A penalidade de multa será imposta observados os seguintes limites:

- I - de 50 a 500 UPFPA (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará), nas infrações leves;
- II – de 501 a R\$ 5.000 UPFPA (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará), nas infrações médias;
- III – de 5.001 a 25.000 UPFPA (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará), nas infrações graves;
- IV - de 25.001 a 5.000.000 UPFPA (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará), nas infrações gravíssimas.

§ 1º Nos casos de reincidência, a multa corresponderá ao dobro daquela imposta na infração anterior.

§ 2º Na hipótese de infração continuada que se caracteriza pela permanência da ação ou omissão, inicialmente punida, poderá ser imposta multa diária de 50 UPFPA a 5.000 UPFPA, de acordo com a gravidade da infração.

Art. 160. A destinação dos produtos e instrumentos apreendidos nos termos do inciso III do art. 156 poderá ser a devolução, a destruição, a doação ou o leilão, nos termos do regulamento desta lei.

§ 1º Toda apreensão de produtos considerados perecíveis deverá ser seguida, imediatamente, de doação ou destruição, a critério da autoridade competente, que deverá motivar a decisão.

§ 2º Os materiais doados após a apreensão não poderão ser comercializados.

Art. 161. A penalidade de embargo, desfazimento ou demolição, poderá ser imposta no caso de obras ou construções feitas sem licença ambiental ou com ela em desacordo.

Parágrafo único. Ao ser aplicada a penalidade de desfazimento ou demolição, subsiste ao infrator a obrigação de remoção dos entulhos.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

Art. 162. A penalidade de interdição parcial, total, temporária ou definitiva, será imposta nos casos de perigo iminente à saúde pública e ao meio ambiente ou a critério da autoridade competente, nos casos de infração continuada e reincidência.

§ 1º A autoridade ambiental poderá impor a penalidade de interdição total ou parcial e temporária ou definitiva, desde que constatada a infração, objetivando a recuperação e regeneração do ambiente degradado.

§ 2º A imposição da penalidade de interdição definitiva importa na cassação automática da licença, autorização ou permissão e a de interdição temporária, na suspensão destas.

Art. 163. Nas penalidades previstas nos incisos XI e XII do art. 156, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão, parcial ou total de incentivos, benefícios e financiamentos, será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que o houver concedido, por solicitação do órgão ambiental.

Parágrafo único. A autoridade Municipal competente fará gestão junto às autoridades federais, estaduais e entidades privadas, visando à aplicação de medidas similares, quando for o caso.

Art. 164. A prestação de serviço à comunidade será imposta pela autoridade competente, de acordo com o estabelecido no regulamento desta lei.

Art. 165. As penalidades incidirão sobre os infratores sejam eles:

- I - autores diretos;
- II - autores indiretos, assim compreendidos aqueles que, de qualquer forma, concorram para a prática da infração ou dela se beneficiem;
- III - proprietários e detentores de posse de imóvel a qualquer título.

Art. 166. Para a imposição da pena e sua gradação, a autoridade ambiental observará:

- I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para o meio ambiente;
- III - os antecedentes do infrator quanto às normas ambientais.

Art. 167. São circunstâncias atenuantes:

- I - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consumação do fato;
- II - o menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;
- III - a disposição manifesta do infrator em procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo ao meio ambiente;
- IV - ser o infrator primário e a falta cometida de natureza leve;
- V - ter o infrator comunicado previamente às autoridades competentes, o perigo iminente de degradação ambiental;
- VI - colaborar o infrator com os agentes encarregados da fiscalização e do controle ambiental.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

Art. 168. São circunstâncias agravantes:

- I - ser o infrator reincidente ou cometer a infração de forma continuada;
- II - ter o infrator agido com dolo;
- III - a infração produzir efeitos sobre a propriedade alheia;
- IV - da infração resultar conseqüências graves para o meio ambiente ou para a saúde pública;
- V - os efeitos da infração terem atingido áreas sob proteção legal;
- VI - ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária;
- VII - ter o infrator coagido outrem para a execução material da infração;
- VIII - ter o infrator empregado métodos cruéis no abate ou captura de animais;
- IX - impedir ou causar dificuldade ou embaraço à fiscalização;
- X - utilizar-se o infrator da condição de agente público para a prática de infração;
- XI - a tentativa do infrator de eximir-se da responsabilidade atribuindo-a a outrem;
- XII - a infração ocorrer sobre espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção.

Parágrafo único. Caracteriza-se reincidência simples quando o infrator voltar a cometer qualquer nova infração e a reincidência específica quando voltar a cometer nova infração ao mesmo dispositivo legal anteriormente violado, qualquer que seja a gravidade.

Art. 169. Havendo concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a pena será cominada em razão das que sejam preponderantes.

Art. 170. Quando a infração for objeto de punição por mais de uma penalidade, prevalecerá o enquadramento no item mais específico em relação ao mais genérico.

Art. 171. Pelas infrações cometidas por menores ou outros incapazes responderão seus responsáveis.

Seção IV

Do processo administrativo

Art. 172. As infrações ambientais serão apuradas em processo administrativo próprio, iniciado com a lavratura do auto de infração, observados o rito e prazos estabelecidos nesta lei.

Art. 173. O auto de infração será lavrado na sede do órgão ambiental ou no local em que for verificada a infração, pelo servidor competente que a houver constatado, devendo conter:

- I - a qualificação do autuado;
- II - o local, data e hora da lavratura;
- III - a descrição completa e detalhada do fato e a menção precisa dos dispositivos legais ou regulamentares transgredidos para que o autuado possa exercer, em sua plenitude, o direito de defesa;
- IV - a penalidade a que está sujeito o infrator e o respectivo preceito legal que autoriza a sua imposição tudo registrado com clareza e precisão, para os mesmos fins de plena defesa;



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ

Poder Executivo

V - assinatura do atuante e a indicação de seu cargo ou função e o seu número de matrícula;

VI - prazo de defesa;

VII - o testemunho mediante as respectivas assinaturas, de pessoas que assistiram aos fatos narrados no auto.

Art. 174. A notificação é o documento hábil para informar ao interessado as decisões do órgão ambiental.

§ 1º O infrator será notificado para ciência do auto de infração e das decisões do órgão ambiental:

I - pessoalmente;

II - por via postal ou telegráfica, com prova de recebimento;

III - por edital, quando resultarem improficuos os meios referidos nos incisos anteriores.

§ 2º Se o infrator for notificado pessoalmente e recusar-se a exarar ciência, deverá essa circunstância ser mencionada, expressamente, pela autoridade que efetuou a notificação, com o testemunho de duas pessoas.

§ 3º O edital referido no inciso III deste artigo, será publicado uma única vez, e afixado no quadro de avisos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, considerando-se efetivada a notificação 10 (dez) dias após a publicação.

Art. 175. Quando, apesar da lavratura do auto de infração, subsistir, ainda, para o infrator obrigação a cumprir, será o mesmo notificado, para que no prazo de até 30 (trinta) dias efetive o seu cumprimento, observado, quando for o caso, o disposto no § 3º do artigo anterior.

§ 1º O prazo para o cumprimento da obrigação subsistente poderá ser reduzido ou aumentado em casos excepcionais por motivos de interesse público, mediante despacho fundamentado da autoridade competente.

§ 2º A desobediência à determinação contida na notificação a que alude este artigo, acarretará a imposição de multa diária, arbitrada de acordo com os valores correspondentes à classificação da infração, ate o exato cumprimento da obrigação, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 176. O indiciado poderá oferecer defesa ou impugnação escrita ao auto de infração, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da ciência do mesmo, podendo produzir as provas que julgar necessárias.

Parágrafo único. Em se tratando de transgressões que dependam de análises laboratoriais ou periciais para completa elucidação dos fatos, o prazo a que se refere o “caput” deste artigo poderá ser dilatado em até mais 15 (quinze) dias, mediante despacho fundamentado do titular do órgão ambiental.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

Art. 177. Apresentada ou não a defesa ou a impugnação, o processo será julgado pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente no prazo de 20 (vinte) dias, sendo que tanto a defesa quanto a impugnação, bem como o Recurso para o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, de que trata o art. 179 desta Lei terão efeito suspensivo.

Art. 178. As multas previstas nesta Lei serão recolhidas pelo infrator no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação de sua imposição/confirmação em última instância administrativa.

Parágrafo único. As multas impostas poderão sofrer redução de 20% (vinte por cento) caso o infrator efetue o pagamento no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data em que for notificado, implicando na desistência tácita de defesa ou recurso.

Art. 179. Da decisão do Secretário Municipal de Meio Ambiente, caberá recurso ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da decisão.

Parágrafo único. Se provido o recurso, o produto da multa recolhida será devolvido, considerando-se o valor da UPFPA na data da devolução.

Art. 180. Vencido nas instâncias administrativas, ou na hipótese de revelia, não interpondo recurso no prazo hábil, o infrator deverá recolher a multa, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contado da notificação do decisório final, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa e imediata cobrança judicial.

§ 1º O não recolhimento da multa neste prazo importará no acréscimo moratório de 1% (um por cento) ao dia, calculado cumulativamente, sobre o valor do débito.

§ 2º A inscrição em dívida ativa, em livro próprio, a extração da respectiva certidão e a remessa dessa para cobrança judicial, será feita por servidor, expressamente designado pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, no dia seguinte ao vencimento do prazo fixado no caput deste artigo, sob pena de responsabilidade, funcional, administrativa e penal.

§ 3º A inscrição em dívida ativa implicará no imediato ajuizamento da Execução Fiscal.

Art. 181. A dívida ativa será cobrada, nos termos da Lei Orgânica do Município.

Art. 182. Encerrado o processo, o órgão ambiental, no prazo de 05 (cinco) dias, fará publicar na imprensa oficial e nos jornais de maior circulação, bem como providenciará a afixação no quadro de avisos de nota resumida da decisão, contendo o nome do infrator, descrição da infração e dispositivo legal ou regulamentar infringido, identificação da penalidade e valor da multa, quando for o caso.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

CPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 183. Os responsáveis por atividades e empreendimentos em funcionamento no território do Município deverão, no prazo de 12 meses e, no que couber submeter à aprovação do órgão ambiental plano de adequação às imposições estabelecidas nesta Lei que já não constituíam exigência de lei anterior.

Parágrafo único. O titular do órgão ambiental, mediante despacho motivado, poderá prorrogar o prazo a que se refere o caput desse artigo desde que, por razões técnicas ou financeiras demonstráveis, seja solicitado pelo interessado.

Art. 184. O Poder Público estabelecerá, por lei, normas, parâmetro e padrões de utilização dos recursos ambientais, cuja inobservância caracterizará degradação ambiental, sujeitando os infratores às penalidades previstas nesta Lei, bem como às exigências de adoção de medidas necessárias à recuperação da área degradada.

Art. 185. Para fins de exploração econômica, o diâmetro das espécies florestais será definido em regulamento.

Art. 186. Ficam sujeitas às normas dispostas nesta Lei as pessoas físicas e jurídicas, inclusive órgãos e entidades públicas federais, estaduais e municipais, que pretenderem executar quaisquer das atividades previstas no art. 59 desta Lei, no território sob jurisdição do Município.

Parágrafo único. Para efeito do previsto no art. 63, poderá o Secretário Municipal de Meio Ambiente, nos casos e na forma que forem estabelecidos em regulamentos ou resoluções do Conselho Municipal do Meio Ambiente, conceder às obras e atividades de que trata esta Lei autorizações, a título precário, como procedimentos preliminares com vistas à competente regularização.

Art. 187. O Poder Público, no exercício regular do poder de policia ambiental, cobrará taxas e tarifas, conforme o previsto em lei específica.

Art. 188. O Poder Executivo solicitará a cooperação das Policias Civil e Militar, para atuar na manutenção da ordem pública do meio ambiente.

Parágrafo único. A atuação das policias Civil e Militar de que trata este artigo se fará sob a coordenação do órgão ambiental.

Art. 189. Serão subsidiárias desta Lei, no que não colidir com esta, a Lei federal nº 6.938/81 que trata da Política Nacional de Meio Ambiente, a Lei estadual nº 5.887/95 que trata da Política Estadual de Meio Ambiente e a Lei federal nº 9.605/98 que estabelece sanções penais e administrativas para os crimes ambientais.

Art. 190. Esta lei será regulamentada no prazo de 180 (Cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação, naquilo que se fizer necessário.



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

Art. 191. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 192. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Bárbara do Pará, em 03 de março de 2010.

CIRO SOUZA GÓES
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

ANEXO I

CNAE	Denominação		Denominação	PORTE DO EMPREENDIMENTO						POTENCIAL	
										Poluidor/ Degradador	
					Município				Estado		
				Unidade	Micro	Pequena	Média	Estado	Estado		
0151-2/01-00	Criação de bovinos para corte		Bovinocultura	AUH	= 300			> 2.000 = 5.000	> 5.000	II	
0151-2/03-00	Criação de bovinos, exceto para corte e leite		Bovinocultura	AUH	= 300			> 2.000 = 5.000	> 5.000	II	
0155-5/01-00	Criação de frangos para corte		Avicultura p/postura com abate	NA	= 3.000	> 3.000 = 6.000	> 6.000 = 9.000	> 9.000 = 12.000	> 12.000	II	
1011-2/01-00	Frigorífico - abate de bovinos		Frigoríficos	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5000 = 18.000	> 18.000 = 40.000	> 40.000	II	
1011-	Frigorífico -		Frigoríficos	AUM	=	> 1.000 =	> 5000 = 18.000	> 18.000	>	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

2/02-00	abate de eqüinos			1.000	5.000		= 40.000	40.000		
1011-2/03-00	Frigorífico - abate de ovinos e caprinos	Frigoríficos	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5000 = 18.000	> 18.000 = 40.000	> 40.000	II	
1011-2/04-00	Frigorífico - abate de bufalinos	Frigoríficos	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5000 = 18.000	> 18.000 = 40.000	> 40.000	II	
1011-2/05-00	Matadouro - abate de reses sob contrato - exceto abate de suínos	Abate de Animais e Matadouros de pequeno porte com no máximo 10 cabeças por dia	NDC	= 50	>50 = 100	>100 = 300	> 300 = 600	> 600	II	
1012-1/01-00	Abate de aves	Abate de animais de pequeno porte	NDC	= 10.000	> 10.000 = 30.000	> 30.000 = 50.000	> 50.000 = 100.000	> 100.000	II	
1012-1/02-00	Abate de pequenos animais	Abate de animais de pequeno	NDC	= 50	>50 = 100	>100 = 300	> 300 = 600	> 600	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

		porte								
1012-1/03-00	Frigorífico - abate de suínos	Frigoríficos	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5000 = 18.000	> 18.000 = 40.000	> 40.000	II	
1012-1/04-00	Matadouro - abate de suínos sob contrato	Abate de Animais e Matadouros de pequeno porte com no máximo 100 cabeças por dia	NDC	= 50	>50 = 100	>100 = 300	> 300 = 600	> 600	II	
0321-3/01-01	Piscicultura intensiva em tanques-rede	Piscicultura	AUM	= 1.200	> 1.200 = 3.600	> 3.600 = 7.200	> 7.200 = 14.400	> 14.400	I	
0321-3/01-02	Piscicultura semi-intensiva, com espécie nativa	Piscicultura	AI	= 1	> 1 = 10	> 10 = 30	> 30 = 50	> 50	II	
0321-3/01-03	Piscicultura semi-intensiva, com espécie exótica	Piscicultura	AI	= 1	> 1 = 10	> 10 = 30	> 30 = 50	> 50	III	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

0321-3/01-04	Piscicultura sistema extensivo.	Piscicultura	AI	= 5	> 5 = 20	> 20 = 40	> 40 = 70	> 70	I	
0321-3/05-00	Atividades de apoio à aquicultura em água salgada e salobra	Aquicultura	AUM	= 1.200	> 1.200 = 3.600	> 3.600 = 7.200	> 7.200 = 14.400	> 14.400	I	
0321-3/99-01	Cultivos e semicultivos da aquicultura sem uso de produtos químicos e/ou espécie exótica	Aquicultura	AI	= 5	> 5 = 20	> 20 = 40	> 40 = 70	> 70	I	
0321-3/99-02	Cultivos e semicultivos da aquicultura com uso de produtos químicos e/ou espécie exótica	Aquicultura	AI	= 5	> 5 = 20	> 20 = 40	> 40 = 70	> 70	II	
0322-1/07-00	Atividades de apoio à aquicultura em água doce	Aquicultura	AUM	= 1.200	> 1.200 = 3.600	> 3.600 = 7.200	> 7.200 = 14.400	> 14.400	I	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

0322-1/99-01	Cultivos e semicultivos da aquicultura sem uso de produtos químicos e/ou espécie exótica	Aquicultura	AI	= 5	> 5 = 20	> 20 = 40	> 40 = 70	> 70	I	
0322-1/99-02	Cultivos e semicultivos da aquicultura com uso de produtos químicos e/ou espécie exótica	Aquicultura	AI	= 5	> 5 = 20	> 20 = 40	> 40 = 70	> 70	II	
4722-9/01-00	Comércio varejista de carnes - açougues	Açougue	AUM	= 50	> 50 = 200	> 200 = 500	> 500 = 1.000	>1.000	I	
2330-3/01-01	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série.	Fabricação de estruturas e artefatos de concretos	VPTD	= 30	> 30 = 50	> 50 = 80	>80 = 120	> 120	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

2330-3/01-02	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, sob encomenda	Fabricação de estruturas e artefatos de concretos	VPTD	= 30	> 30 = 50	> 50 = 80	>80 = 120	> 120	II	
5611-2/02-00	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	bares e similares	AUM	= 100	> 100 = 750	> 750 = 2.000	> 2.000 = 5.000	> 5.000	I	
5611-2/03-00	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	lanchonetes e similares	AUM	= 100	> 100 = 750	> 750 = 2.000	> 2.000 = 5.000	> 5.000	I	
5510-8/01-01	Hotéis - nível I	Hotel	AUM	= 500	> 500 = 800	> 800 = 2.000	> 2.000 = 5.000	> 5.000	II	
5510-8/01-02	Hotéis - - nível II	Hotel	AUM	= 500	> 500 = 800	> 800 = 2.000	> 2.000 = 5.000	> 5.000	II	
5510-8/01-	HotéisI - nível III	Hotel	AUM	= 500	> 500 = 800	> 800 = 2.000	> 2.000 = 5.000	> 5.000	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

03											
5510-8/02-00	Apart - hotéis		Hotel e similares	AUM	= 500	> 500 = 800	> 800 = 2.000	> 2.000 = 5.000	> 5.000	II	
5510-8/03-01	Motéis I - nível I		Hotel e similares	AUM	= 500	> 500 = 800	> 800 = 2.000	> 2.000 = 5.000	> 5.000	II	
5510-8/03-02	Motéis I - nível II		Hotel e similares	AUM	= 500	> 500 = 800	> 800 = 2.000	> 2.000 = 5.000	> 5.000	II	
5510-8/03-03	Motéis I - nível III		Hotel e similares	AUM	= 500	> 500 = 800	> 800 = 2.000	> 2.000 = 5.000	> 5.000	II	
5590-6/01-00	Albergues, exceto assistenciais		Hotel e similares	AUM	= 500	> 500 = 800	> 800 = 2.000	> 2.000 = 5.000	> 5.000	II	
5590-6/02-00	Cam-pings		Hotel e similares	AUM	= 200	> 200 = 500	> 500 = 1.000	> 1.000 = 2.000	> 2.000	II	
5590-6/03-00	Pen-sões		Hotel e similares	AUM	= 500	> 500 = 800	> 800 = 2.000	> 2.000 = 5.000	> 5.000	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

5590-6/99-00	Outros alojamentos não especificados anteriormente	Hotel e similares	AUM	= 500	> 500 = 800	> 800 = 2.000	> 2.000 = 5.000	> 5.000	II	
1099-6/04-00	Fabricação de gelo comum	Fabricação de gelo	VPTD	> 50	> 50 = 100	> 100 = 200	> 200 = 500	> 500	I	
3314-7/07-00	Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	Assistência técnica em refrigeração	AUM	= 500	> 500 = 1.000	> 1.000 = 1.500	> 1.500 = 2.000	> 2.000	II	
4520-0/03-00	Serviços de manutenção e reparação elétrica de veículos automotores	Auto Elétrica	AUM	= 100	> 100 = 500	> 500 = 1.000	> 1.000 = 2.000	> 2.000	I	
1091-1/00-	Fabricação de produtos	Fabricação de produtos	VPK	= 5.000	> 5.000 = 15.000	> 15.000 = 30.000	> 30.000 =	> 50.000	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

00	de panificação	de Panificação					50.000			
1092-9/00-00	Fabricação de biscoitos e bolachas	Fabricação de produtos de Panificação	VPK	= 5.000	> 5.000 = 15.000	> 15.000 = 30.000	> 40.000 = 50.000	> 40.000	II	
3299-0/03-00	Fabricação de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos	Pinturas de placas e letreiros	AUM	= 250	> 250 = 500	> 500 = 1.000	> 1.000 = 2.000	> 2.000	II	
3299-0/04-00	Fabricação de painéis e letreiros luminosos		AUM	= 250	> 250 = 500	> 500 = 1.000	> 1.000 = 2.000	> 2.000	II	
4520-0/05-00	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	Lava jato, lavagem, lubrificação de veículos	AUM	= 500	> 500 = 1.000	> 1.000 = 1.500	> 1.500 = 2.000	> 2.000	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

9521-5/00-00	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	Oficina de lanternagem e pintura de geladeira, fogões e outros Assistência técnica em refrigeração	AUM	= 100	> 100 = 300	> 300 = 500	> 500 = 800	> 800	II	
2212-9/00-00	Reforma de pneumáticos usados	Recondicionamento e Recauchutagem de pneus (borracharia)	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 18.000	> 18.000 = 40.000	> 40.000	II	
2539-0/00-00	Serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais	Tornearia Fabricação de artigos de funilaria e latoaria em chapa de folha e flandres	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5000 = 18.000	> 18.000 = 60.000	> 60.000	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

2950-6/00-00	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	Retífica Oficina de rebobinamento, bombas e motores	AUM	= 100	> 100 = 300	> 300 = 500	> 500 = 800	> 800	III	
1081-3/01-00	Beneficiamento de café	Benefic., moag. e torref., e fabric. de produtos alimentares	VPK	= 500	> 500 = 2.000	> 2.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000	II	
4635-4/01-00	Comércio atacadista de água mineral	Armazenamento e distribuição de bebida	CAM	= 90	> 90 = 150	> 150 = 210	> 210 = 270	> 270	I	
4635-4/02-00	Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante	Armazenamento e distribuição de bebida	CAM	= 90	> 90 = 150	> 150 = 210	> 210 = 270	> 270	I	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

4635-4/03-00	Comércio atacadista de bebidas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada	Armazenamento e distribuição de bebida	CAM	= 90	> 90 = 150	> 150 = 210	> 210 = 270	>270	I	
4635-4/99-00	Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente	Armazenamento e distribuição de bebida	CAM	= 90	> 90 = 150	> 150 = 210	> 210 = 270	>270	I	
1122-4/01-00	Fabricação de refrigerantes	Fabricação de bebidas não alcoólicas	VPL	= 5.000	> 5.000 = 30.000	> 30.000 = 50.000	> 50.000 = 100.000	> 100.000	II	
1122-4/02-00	Fabricação de chá mate e outros chás prontos para consumo	Fabricação de bebidas não alcoólicas	VPL	= 5.000	> 5.000 = 30.000	> 30.000 = 50.000	> 50.000 = 100.000	> 100.000	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

1122-4/03-00	Fabricação de refrescos, xaropes e pós para refrescos, exceto refrescos de frutas	Fabricação de bebidas não alcoólicas	VPL	= 5.000	> 5.000 = 30.000	> 30.000 = 50.000	> 50.000 = 100.000	> 100.000	II	
1122-4/99-00	Fabricação de outras bebidas não-alcoólicas não especificadas anteriormente	Fabricação de bebidas não alcoólicas	VPL	= 5.000	> 5.000 = 30.000	> 30.000 = 50.000	> 50.000 = 100.000	> 100.000	II	
4631-1/00-00	Comércio atacadista de leite e laticínios									
2061-4/00-00	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	Fabric.de sabões, detergentes e glicerina.	VPK	= 500	> 500 = 2.000	> 2.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

2391-5/03-00	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	Aparelhamento de pedras para construção e execução de trabalhos em mármore, ardósia, granito e outras pedras. Marmoraria	AUM	= 1.000	> 1.000 = 1.500	> 1.500 = 2.500	> 2.500 = 3.500	> 3.500	II	
3101-2/00-00	Fabricação de móveis com predominância de madeira	Fabricação de móveis de madeira, vime, bambu, junco, palha trançadas e semelhantes.	AUM	= 500	> 500 = 2.000	> 2.000 = 8.000	> 8.000 = 15.000	> 15.000	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

4671-1/00-00	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	Casa de venda de madeiras (estância)	VMS	= 30	> 30 = 70	> 70 = 100	> 100 = 170	> 170	II	
0210-1/08-00	Produção de carvão vegetal - florestas plantadas	Central de carbonização (=30 fornos/empreendimento)	VPM	= 490	> 490 = 1.103	> 1.103 = 1.715	> 1.715 = 2.940	>2.940	III	
2542-0/00-00	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	Fabricação de artigos de serralheria, não especificados ou não classificados	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5000 = 18.000	> 18.000 = 60.000	> 60.000	II	
3299-0/99-00	Fabricação de produtos diversos não especificados anteri-	Fabricação de velas	VPK	= 500	> 500 = 2.000	> 2.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

	ormente									
2063-1/00-00	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	Fabric. de produtos de perfumaria.	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 18.000	> 18.000 = 60.000	> 60.000	II	
2342-7/02-00	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido.	AUM	= 1.000	> 1.000 = 1.500	> 1.500 = 2.500	> 2.500 = 3.500	> 3.500	II	
0810-0/06-00	Extração de areia, cascalho ou pedre-	Extração mineral p/uso imediato na	AR	= 10	> 10 = 50	> 50 = 250	> 250 = 500	> 500	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

	gulho e beneficia- mento as- sociado	construção civil, fora de Recursos Hídricos								
3211- 6/02- 00	Fabricação de artefa- tos de joalheria e ouri- vesaria		AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 18.000	> 18.000 = 60.000	> 60.000	II	
9601- 7/01- 00	La- van- deri- as	Serviço de lavan- deria e tinturaria.	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000 = 20.000	>20.00 0	II	
9601- 7/02- 00	Tintu- rarias	Serviço de lavan- deria e tinturaria.	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000 = 20.000	>20.00 0	II	
9601- 7/03- 00	Toa- lheir- os	Serviço de lavan- deria e tinturaria.	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000 = 20.000	>20.00 0	II	
3702- 9/00- 00	Atividades relaciona- das a esgo- to, exceto a gestão de	Limpa fos- sa	VPM	= 50	> 50 = 100	> 100 = 500	> 500 = 1.000	> 1.000	III	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

	redes									
4682-6/00-00	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	Armaz., distrib., manipul. e comercialização atacadista de gás/botijões de 13 Kg	CAK	= 650	> 650 = 1.300	> 1.300 = 2.600	> 2.600 = 5.200	> 5.200	III	
4732-6/00-00	Comércio varejista de lubrificantes		CAM	= 50	> 50 = 200	> 200 = 400	> 400 = 600	> 600	III	
4743-1/00-00	Comércio varejista de vidros									
4711-3/02-00	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos	Supermercado	AUM	= 3.000	> 3.000 = 7.000	> 7.000 = 15.000	> 15.000 = 30.000	> 30.000	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

	alimentí- cios - su- permerca- dos									
8230- 0/02- 00	Casas de festas e eventos		AUM	= 100	> 100 = 750	> 750 = 2.000	> 2.000 = 5.000	> 5.000	I	
8122- 2/00- 00	Imunização e controle de pragas urbanas	Serviço de dedetiza- ção, desin- fecção, desratiza- ção.	CA	= 50	> 50 = 100	> 100 = 200	> 200 = 300	> 300	II	
4692- 3/00- 00	Comércio atacadista de merca- dorias em geral, com predomi- nância de insumos agropecuá- rios	Depósito de venda de produtos agropecuá- rios	AUM	= 50	> 50 = 200	> 200 = 400	> 400 = 600	> 600	III	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

4213-8/00-01.02	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas sem pavimento asfáltico	CPK	= 30	> 30 = 60	> 60 = 200	> 200 = 400	> 400	II	
4213-8/00-01.01	Asfaltamento de vias públicas municipais	Asfaltamento de vias públicas municipais	CPK	= 30	> 30 = 60	> 60 = 200	> 200 = 400	> 400	III	
2110-6/00-00	Fabricação de produtos farmacêuticos	Farmácia	AUM	= 200	> 200 = 400	> 400 = 600	> 600 = 1.000	> 1.000	III	
2121-1/01-00	Fabricação de medicamentos alopáticos para uso humano	Farmácia	AUM	= 200	> 200 = 400	> 400 = 600	> 600 = 1.000	> 1.000	III	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

2121-1/02-00	Fabricação de medicamentos homeopáticos para uso humano	Farmácia	AUM	= 200	> 200 = 400	> 400 = 600	> 600 = 1.000	> 1.000	III	
2121-1/03-00	Fabricação de medicamentos fitoterápicos para uso humano	Farmácia	AUM	= 200	> 200 = 400	> 400 = 600	> 600 = 1.000	> 1.000	III	
2122-0/00-00	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	Farmácia	AUM	= 200	> 200 = 400	> 400 = 600	> 600 = 1.000	> 1.000	III	
2123-8/00-00	Fabricação de preparações farmacêuticas	Farmácia	AUM	= 200	> 200 = 400	> 400 = 600	> 600 = 1.000	> 1.000	III	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

8640-2/01-00	Laboratórios de anatomia patológica e citológica	Laboratório	AUM	= 250	> 250 = 500	> 500 = 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000	II	
8640-2/02-00	Laboratórios clínicos	Laboratório	AUM	= 250	> 250 = 500	> 500 = 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000	II	
3021-1/00-00	Manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes		AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 18.000	> 18.000 = 40.000	> 40.000	II	
3022-9/00-00	Manutenção e reparação de embarcações para esporte e lazer		AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 18.000	> 18.000 = 40.000	> 40.000	II	
1529-7/00-00	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	Fabricação de artefatos de couro	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 20.000	> 20.000 = 40.000	> 40.000	II	
1921-7/00-00	Fabricação de produtos do refi-	Usina de Asfalto	VPTD	= 50	> 50 = 100	> 100 = 150	> 150 = 200	> 200	III	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

	no de petróleo									
2219-6/00-00	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente	Beneficiamento de Borracha Natural	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 18.000	> 18.000 = 40.000	> 40.000	II	
8640-2/05-00	Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia	Clínica	AUM	= 250	> 250 = 500	> 500 = 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000	III	
8640-2/06-00	Serviços de ressonância magnética		AUM	= 250	> 250 = 500	> 500 = 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000	III	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

8640-2/07-00	Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética		AUM	= 250	> 250 = 500	> 500 = 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000	III	
8640-2/08-00	Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos		AUM	= 250	> 250 = 500	> 500 = 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000	I	
8640-2/09-00	Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos		AUM	= 250	> 250 = 500	> 500 = 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000	II	
8640-2/10-00	Serviços de quimioterapia		AUM	= 250	> 250 = 500	> 500 = 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000	III	
8640-2/11-00	Serviços de radioterapia		AUM	= 250	> 250 = 500	> 500 = 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000	III	
8640-2/12-00	Serviços de hemoterapia	unidades de coleta de sangue	AUM	= 250	> 250 = 500	> 500 = 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000	I	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

8640-2/13-00	Serviços de litotripsia	AUM	= 250	> 250 = 500	> 500 = 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000	II	
8640-2/14-00	Serviços de bancos de células e tecidos humanos	AUM	= 250	> 250 = 500	> 500 = 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000	II	
8640-2/99-00	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente	AUM	= 250	> 250 = 500	> 500 = 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000	II	
8610-1/01-00	Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências	Hospital	NL	= 10	> 10 = 50	> 50 = 100	> 100 = 200	> 200	III



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

8610-1/02-00	Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências		NL	= 10	> 10 = 50	> 50 = 100	> 100 = 200	> 200	III	
2391-5/03-00	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	Aparelhamento de pedras para construção e execução de trabalhos em mármore, ardósia, granito e outras pedras. Marmoraria	AUM	= 1.000	> 1.000 = 1.500	> 1.500 = 2.500	> 2.500 = 3.500	> 3.500	II	
0321-3/02-01	Carcinicultura nativa	Carcinicultura	AI	= 1	>1 = 10	>10 = 30	> 30 = 50	> 50	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

0321-3/02-02	Carcinicultura exótica	Carcinicultura	AI	= 1	>1 = 10	>10 = 30	> 30 = 50	> 50	III	
4731-8/00-00	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	Posto de Gasolina	CAM	= 50	> 50 = 200	> 200 = 400	> 400 = 600	> 600	III	
4683-4/00-00	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	Comércio atacadista e armazenamento de produtos químicos	AUM	= 50	> 50 = 200	> 200 = 400	> 400 = 600	> 600	III	
4120-4/00-01.03	Construção de edifícios: edificação multifamiliar vertical		AUM	= 2.000	> 2.000 = 4.000	> 4.000 = 10.000	> 10.000 = 20.000	> 20.000	II	
4120-4/00-	Construção de edifícios: edificação unifamili-		AUM	= 1.000	> 1.000 = 2.000	> 2.000 = 3.000	> 3.000 = 5.000	> 5.000	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

01.04	ar									
9312-3/00-00	Clubes sociais, esportivos e similares	Locais de atividade de lazer com fonte sonora (show's, espetáculos, festas e outras)	AUM	= 500	> 500 = 2.000	> 2.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000	II	
2532-2/01-00	Produção de artefatos estampados de metal	Estamparia, funilaria e latoaria não especificadas ou não classificadas	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5000 = 18.000	> 18.000 = 60.000	> 60.000	II	
1629-3/02-00	Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bam-	Fabricação de artefatos de serraria artística	VMS	= 10	> 10 = 50	> 50 = 100	> 100 = 150	> 150	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

	bu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis									
2539-0/00-00	Serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais	Tornearia Fabricação de artigos de funilaria e latoaria em chapa de folha e flandres	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5000 = 18.000	> 18.000 = 60.000	> 60.000	II	
1093-7/01-00	Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates	Fabricação de balas, caramelos, pastilhas, dropes, bombons e chocolates, etc.	AUM	= 1.000	> 1.000 = 3.000	> 3.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

1093-7/02-00	Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes	Fabricação de balas, caramelos, pastilhas, dropes, bombons e chocolates, etc.	AUM	= 1.000	> 1.000 = 3.000	> 3.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000	II	
1121-6/00-00	Fabricação de águas envasadas	Fabric. de beb. ã alcoólicas, e engarraf. e gaseificação de águas minerais	VPL	= 5.000	> 5.000 = 30.000	> 30.000 = 50.000	> 50.000 = 100.000	> 100.000 0	II	
1539-4/00-00	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	Fabric. de calçados e artefatos para calçados de borracha	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 18.000	> 18.000 = 40.000	> 40.000	II	
1113-5/01-	Fabricação de malte,	Fabricação de cerveja,	VPL	= 5.000	> 5.000 = 30.000	> 30.000 = 50.000	> 50.000 =	> 100.000	III	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

00	inclusive malte uís- que	chopes e maltes.					100.000	0		
1113- 5/02- 00	Fabricação de cervejas e chopes	Fabricação de cerveja, chopes e maltes.	VPL	= 5.000	> 5.000 = 30.000	> 30.000 = 50.000	> 50.000 = 100.000	> 100.00 0	III	
2512- 8/00- 00	Fabricação de esqua- drias de metal	Fabrica- ção de esqua- drias de metal	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5000 = 18.000	> 18.000 = 60.000	> 60.000	II	
2949- 2/01- 00	Fabricação de bancos e estofados para veícu- los automo- tores	Fabricação de estofa- dos para veículos.	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 18.000	> 18.000 = 40.000	> 40.000	II	
2511- 0/00- 00	Fabricação de estru- turas metáli- cas	Fabrica- ção de estru- turas metá- licas.	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 18.000	> 18.000 = 60.000	> 60.000	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

2550-1/02-00	Fabricação de armas de fogo e munições	Fabricação de facas, facões, tesouras, canivetes, talheres, armas de fogo e armas brancas	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5000 = 18.000	> 18.000 = 60.000	> 60.000	II	
2543-8/00-00	Fabricação de ferramentas	Fabricação de ferramentas	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5000 = 18.000	> 18.000 = 60.000	> 60.000	II	
1521-1/00-00	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	Fabricação de malas, malas, maletas, valises e de outros artigos para viagem	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 20.000	> 20.000 = 40.000	> 40.000	II	
1094-5/00-00	Fabricação de massas alimentícias	Fabricação de massas alimentícias	VPK	= 500	> 500 = 2.000	> 2.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

	cias	e biscoitos								
2341-9/00-00	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	Fabricação de material cerâmico.	AUM	= 1.000	> 1.000 = 1.500	> 1.500 = 2.500	> 2.500 = 3.500	> 3.500	II	
3102-1/00-00	Fabricação de móveis com predominância de metal	Fabricação de móveis de metal.	AUM	= 500	> 500 = 2.000	> 2.000 = 8.000	> 8.000 = 15.000	> 15.000	II	
3099-7/00-00	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente	carrinho-de-mão, carrocinhas e semelhantes, e veículos a tração animal (carroças, carroções,	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 18.000	> 18.000 = 40.000	> 40.000	I	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

		charretes e semelhantes)								
2330-3/99-01	Fabricação de outras peças, ornatos e estruturas de cimento, gesso e amianto	Fabricação de outras peças	AUM	= 1.000	> 1.000 = 1.500	> 1.500 = 2.500	> 2.500 = 3.500	> 3.500	II	
2330-3/99-02	Fabricação de outras estruturas e artefatos de concretos	Fabricação de outras peças	VPTD	= 30	> 30 = 50	> 50 = 80	>80 = 120	> 120	II	
2062-2/00-00	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	Fabric.de preparados para limpeza e afins.	VPL	= 500	> 500 = 2.000	> 2.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000	III	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

4721-1/01-00	Padaria e confeitaria com predominância de produção própria	Padaria	VPK	= 500	> 500 = 2.000	> 2.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000	II	
2424-5/01-00	Produção de arames de aço	Fabricação de telas e outros artigos de arame	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5000 = 18.000	> 18.000 = 60.000	> 60.000	II	
1099-6/01-00	Fabricação de vinagres	Fabricação de vinagre.	VPL	= 500	> 500 = 3.000	> 3.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000	III	
1112-7/00-00	Fabricação de vinho	Fabricação de vinhos.	VPL	= 5.000	> 5.000 = 30.000	> 30.000 = 50.000	> 50.000 = 100.000	> 100.000	III	
2319-2/00-00	Fabricação de artigos de vidro	Fabricação e elaboração de vidro e cristal	AUM	= 1.000	> 1.000 = 1.500	> 1.500 = 2.500	> 2.500 = 3.500	> 3.500	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

1032-5/01-00	Fabricação de conservas de palmito	Industria e beneficiamento do palmito.	VPTD	= 10	> 10 = 50	> 50 = 100	> 100 = 200	> 200	II	
1051-1/00-00	Preparação do leite	Industrialização de leite e subprodutos. Laticínios	AUM	= 1.000	> 1.000 = 3.000	> 3.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000	II	
1052-0/00-00	Fabricação de laticínios	Industrialização de leite e subprodutos.	AUM	= 1.000	> 1.000 = 3.000	> 3.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000	II	
9103-1/00-01	Parque Zoobotânico	Parque Zoobotânico	AUH	= 20	> 20 = 70	> 70 = 150	> 150 = 300	> 300	I	
0321-3/03-00	Criação de ostras e mexilhões em água salgada e salobra	Malacocultura	AUM	= 100	> 100 = 300	> 300 = 800	> 800 = 2.000	> 2.000	I	
0321-3/01-	Piscicultura intensiva em	Piscicultura	AUM	= 1.200	> 1.200 = 3.600	> 3.600 = 7.200	> 7.200 = 14.400	> 14.400	I	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

01	tanques-rede									
0321-3/01-02	Piscicultura semi-intensiva, com espécie nativa	Piscicultura	AI	= 1	> 1 = 10	> 10 = 30	> 30 = 50	> 50	II	
0321-3/01-03	Piscicultura semi-intensiva, com espécie exótica	Piscicultura	AI	= 1	> 1 = 10	> 10 = 30	> 30 = 50	> 50	III	
0321-3/01-04	Piscicultura sistema extensivo.	Piscicultura	AI	= 5	> 5 = 20	> 20 = 40	> 40 = 70	> 70	I	
0322-1/05-00	Ranicultura	Ranicultura	AUM	= 500	> 500 = 2.000	> 2.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000	II	
1922-5/02-00	Rerrefino de óleos lubrificantes	Recuperação de óleo lubrificante, e de óleo queimado (de cârter).	VPTD	= 2	> 2 = 10	> 10 = 40	> 40 = 60	> 60	III	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

4120-4/00-01.01	Construção de edifícios: Shopping Center		AUM	= 2.000	> 2.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000 = 20.000	> 20.000	III	
2099-1/99-00	Fabricação de outros produtos químicos não especificados anteriormente	Serviço de carga e recarga de extintor de incêndio	CA	= 30	> 30 = 50	> 50 = 100	> 100 = 200	> 200	III	
8121-4/00-00	Limpeza em prédios e em domicílios	Serviços executados em prédio e domicílio.	CA	= 50	> 50 = 100	> 100 = 200	> 200 = 300	> 300	II	
1811-3/01-00	Impressão de jornais	Todas as atividades da indústria editorial e gráfica.	AUM	= 250	> 250 = 500	> 500 = 1.000	> 1.000 = 2.000	> 2.000	II	
1811-3/02-00	Impressão de livros, revistas e outras publicações	Todas as atividades da indústria editorial e gráfica.	AUM	= 250	> 250 = 500	> 500 = 1.000	> 1.000 = 2.000	> 2.000	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

	periódicas									
1411-8/01-00	Confecção de roupas íntimas	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000 = 20.000	>20.000			
1411-8/02-00	Facção de roupas íntimas	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000 = 20.000	>20.000			
1412-6/01-00	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000 = 20.000	>20.000			
1412-6/02-00	Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	AUM	= 1.000 +F181	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000 = 20.000	>20.000			
1412-6/02-01	Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas									
1412-6/03-00	Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000 = 20.000	>20.000			



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

1413-4/01-00	Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida		AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000 = 20.000	>20.000 0	I	
1413-4/02-00	Confecção, sob medida, de roupas profissionais		AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000 = 20.000	>20.000 0	I	
1413-4/03-00	Facção de roupas profissionais		AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000 = 20.000	>20.000 0	I	
1414-2/00-00	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção		AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000 = 20.000	>20.000 0	I	
1422-3/00-00	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias		AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 10.000	> 10.000 = 20.000	>20.000 0	II	
2221-8/00-00	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	Todas as atividades industriais que produzem	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 18.000	> 18.000 = 60.000	> 60.000	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

		artigos diversos de material plástico								
2222-6/00-00	Fabricação de embalagens de material plástico	Todas as atividades industriais que produzem artigos diversos de material plástico	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 18.000	> 18.000 = 60.000	> 60.000	II	
2223-4/00-00	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	Todas as atividades industriais que produzem artigos diversos de material plástico	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 18.000	> 18.000 = 60.000	> 60.000	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

		rial plás- tico								
2229- 3/01- 00	Fabricação de artefa- tos de ma- terial plás- tico para uso pesso- al e domés- tico	Todas as ativida- des in- dustriais que pro- duzem artigos diversos de mate- rial plás- tico	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 18.000	> 18.000 = 60.000	> 60.000	II	
2229- 3/02- 00	Fabricação de artefa- tos de ma- terial plás- tico para usos indus- triais	Todas as ativida- des in- dustriais que pro- duzem artigos diversos de mate- rial plás-	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 18.000	> 18.000 = 60.000	> 60.000	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

		tico								
2229-3/03-00	Fabricação de artefatos de material plástico para uso na construção, exceto tubos e acessórios	Todas as atividades industriais que produzem artigos diversos de material plástico	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 18.000	> 18.000 = 60.000	> 60.000	II	
2229-3/99-00	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente	Todas as atividades industriais que produzem artigos diversos de material plástico	AUM	= 1.000	> 1.000 = 5.000	> 5.000 = 18.000	> 18.000 = 60.000	> 60.000	II	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

		tico								
0210-1/07	Reflorestamento com abate de árvores		AUH	= 300					I	
02101-07	a derrubada de árvores em florestas plantadas		AUH	= 300					I	
	- a extração de madeiras em bruto de florestas plantadas - troncos, moirões, estacas e lenha		AUH	= 300					I	
	- a extração de madeira em toras em florestas plantadas para produção de celulose e para outras finalidades, como move-laria, indústria na-		AUH	= 300					I	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

	val e de construção								
	supressão de vege- tação	AUH	= 300					I	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

LEGENDA:

Unidade de Medida

ACH – Área Contaminada (Ha)
 AI – Área Inundada (ha)
 AR – Área Requerida no DNPM (Ha)
 ATH – Área Total (Ha)
 ATM – Área Total (m²)
 AUH – Área útil em hectare
 AUM – Área Útil em m²
 CA – Clientela Atendida (Mensal)
 CAK – Capacidade de Armazenamento (Kg)
 CPM – Comprimento (metro)
 CPK – Comprimento (Km)
 CQ – Capacidade de Queima (Kh/h)
 CIC – Capacidade Industrializada de Cria Recria (Unid/Ano)
 CAM – Capacidade de Armazenamento (m³)
 CAT – Capacidade de Armazenamento (ton.)
 ED – Eclusagem (dia)
 NA – Número de Aves (Abate/postura)
 NCO – Número de Colméias (Unidades)
 NCC – Número de Cabeças / Criação (Unidade)
 NDC – Número de Cabeças (Unidade)
 NL – Número de Leitões (Unidade)
 NP – Número de Pessoas (Unidade)
 NSA – Número Site/Antena (Unidade)
 NV – Número de Veículos/Embarcações/Aeronaves (Unidade)
 P – Potência (Kw)
 PA – População Atendida em numero de habitantes (Unidade)
 PK – Potência (Kw)
 VCL – Volume Captado (l/dia)
 V – Volume (m³)
 VPC – Volume Produzido/Consumido (m³/dia)
 VC – Volume Consumido (m³/tora/dia)
 VPK – Volume de Produção (Kg/Mês)
 VM – Volume de Material Movimentado (m³)
 VPM – Volume de Produção (m³/mês)
 VPTM – Volume de Produção ((t/mês)
 VPTD – Volume de Produção (t/dia)
 VPL – Volume de Produção (l/dia)
 VPP – Volume de Produção (peça/dia)
 VRM – Volume de Resíduo de Madeira (m³/dia)
 VL – Volume de Laminas (m³/dia)
 VMS – Volume de Madeira Serrada (m³/dia)
 VTA – Volume de Produção (t/ano)

Potencial Poluidor/Degradador

I – Pequeno
 II – Médio
 III – Grande

CADASTRO PARA AJUSTAMENTO AO CONTROLE AMBIENTAL MUNICIPAL

NOME		
CNPJ		
ENDEREÇO (RUA, AV)		Nº
BAIRRO	MUNICÍPIO	CEP
FONE	FAX	E-MAIL

[illegible]



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

[illegible]

III – LOCALIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO/ATIVIDADE

RUA/AV	Nº
BAIRRO/DISTRITO	CEP
Croqui de situação (Respeitar o Norte Verdadeiro)	
INFORMAR CLARAMENTE	
1) Cursos d'água mais próximo do empreendimento com indicação das distâncias e sentido do fluxo;	
2) Citar e localizar as vias de acesso;	
Mencionar a ocupação das áreas circunvizinhas, tipo de vegetação da área;	



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

IV – RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

NOME		
CNPJ/MF	RG	
ENDEREÇO Rua/Av.		Nº
BAIRRO	MUNICÍPIO	CEP:
FONE	FAX	E-MAIL

Local / Data

Assinatura



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

ANEXO III
REQUERIMENTO (MODELO)

I – REQUERENTE

NOME OU RAZÃO SOCIAL		
NOME FANTASIA		
CNPJ-MF/CNPJ	INSC. MUNICIPAL	INSC. IMOBILIÁRIA
LOCALIZAÇÃO(Rua, Av)		Nº
BAIRRO/DISTRITO		CEP
<div><div><input type="checkbox"/> LICENÇA PRÉVIA PRÉVIA</div><div><input type="checkbox"/> LICENÇA DE INSTALAÇÃO INSTALAÇÃO</div><div><input type="checkbox"/> LICENÇA DE OPERAÇÃO CONSULTA</div><div><input type="checkbox"/> RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO</div><div><input type="checkbox"/> SUBSTITUIÇÃO DE LICENÇA</div></div> <div><div><input type="checkbox"/> PORRROGAÇÃO DE LICENÇA</div><div><input type="checkbox"/> PRORROGAÇÃO DE LICENÇA DE</div><div><input type="checkbox"/> TERMO DE REFERÊNCIA (CARTA</div><div><input type="checkbox"/> ADEQUAÇÃO</div><div><input type="checkbox"/> OUTROS (S)</div></div>		
LICENÇA EXISTENTE Nº	VALIDADE	VALOR DO INVESTIMENTO R\$
PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO/ATIVIDADE		

II – ANEXOS

DOCUMENTO	NÚMERO DE FOLHAS

III – REPRESENTANTES LEGAIS

NOME	VINCULO	CNPJ/MF
	VINCULO	CNPJ/MF



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ
Poder Executivo

IV – INFORMAÇÕES PARA CONTATO E CORRESPONDÊNCIA

NOME		
	Nº	
	MUNICÍPIO	CEP
TELEFONE	FAX	E-MAIL

Declaro para os devidos fins, que o desenvolvimento das atividades relacionadas neste requerimento realizar-se-á de acordo com os dados transcritos e/ou anexos indicados no item II.

Nestes termos, pede deferimento.

_____/____/____/_____
Local e data

Assinatura

ANEXO IV

TABELA DE CONVERSÃO

PORTE	MÍCRO			PEQUENO			MÉDIO			GRANDE			ESPECIAL		
LICENÇAS/GRAU	P	M	G	P	M	G	P	M	G	P	M	G	P	M	G
Licença Prévia	0,5%	5%	6%	7%	8%	9%	10%	11%	12%	14%	16%	18%	20%	25%	30%
Licença de instalação	1,25%	6%	7%	8%	9%	10%	11%	13%	15%	20%	25%	30%	35%	40%	50%
Licença para Operação	0,5%	5%	7%	8%	10%	15%	20%	30%	40%	50%	60%	70%	80%	90%	100%

Atenção: Valores serão reajustados anualmente pelo índice IPCA-E.

Valor Base de Cálculo em Dez/2008: R\$- **9.179,50**

LEGENDA

Grau quanto às potencialidades poluidoras e/ou degradantes

P – Pequeno potencial degradador;

M – Médio potencial degradador;

G – Grande potencial degradador.

ANEXO V

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará Secretaria Municipal de Meio Ambiente					
01 – Equipe nº	02 – Auto de Infração Ambiental Nº	03 – Código Unidade / Convênio			
		04 – Data de Vencimento			
O prazo para a defesa administrativa ou pagamento da multa é de 15 (quinze) dias a contar da presente data, sob pena de inscrição em dívida ativa.		05 – Carimbo padronizado do CNPJ			
		_____ CPF/CNPJ			
06 – Nome do autuado:					
07 – Filiação:					
08 – Naturalidade:	09 – RG:	10 – Estado Civil:			
11 – Endereço					
12 – Bairro ou Distrito:	13 – Município:	14 – CEP:	15 – U.F.		
16 – Local da Infração:					
17 – Data da Infração:					
HORAS DIA MÊS ANO ____:____ _____ _____ _____					
18 – Descrição da Infração:		19 – Infração de acordo com o			
		Art.	Item/Parag.	Com. Art.	Item/Parag.
		Da / Do			
		Art.	Item/Parag.	Com. Art.	Item/Parag.
		Da / Do			
		Art.	Item/Parag.	Com. Art.	Item/Parag.

	Da / Do			
	20 – Valor da Multa:			
21 – Nome da 1ª Testemunha:	23 – Assinatura do Autuado			
Endereço:				
Assinatura:	24 – Nome do Fiscal			
22 – Nome da 1ª Testemunha:				
Endereço:	25 – Assinatura do Fiscal			
Assinatura:				

1ª via – Procedimento Administrativo
2ª via – Diretoria de Fiscalização e Licenciamento
3ª via – Autuado

ANEXO VI

TERMO DE APREENSÃO E DEPÓSITO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará Secretaria Municipal de Meio Ambiente							
01 – EQUIPE Nº		TERMO DE APREENSÃO E DEPÓSITO Nº		02 – Auto de Infração Ambiental Nº			
03 – Apreendi os bens abaixo relacionados as HORAS IA MÊS ANO ____:____ _____ _____ _____				04 – Deferi o encargo de depositá- rio			
05 – Nome Completo do Depositário:			06 – CPF / CNPJ				
07 – Endereço:							
08 – Bairro ou Distrito		09 – Município		10 – CEP		11 – U.F.	
12 – Relação:							
13 – Nome do Autuado / Proprietário do (s) bem (ns)				14 – CPF / CNPJ			
15 – Endereço:							
16 – Bairro ou Distrito		17 – Município		18 – CEP		19 – U.F.	
20 – Fica o depositário advertido de que não poderá emprestar ou usar os mencionados bens, zelando pelo seu bom estado de conser-				21 – Aos bens apreendidos constantes deste termo, atribui-se o valor de R\$- _____(_____ _____			

vação sendo responsável por qualquer dano que venha a ser causado aos mesmos até a decisão final da autoridade competente.	_____) Que ficarão depositados no seguinte endereço: _____ _____
22 – Assinatura do Autuado / Proprietário	24 – Local da Apreensão
23 – Assinatura do Depositário	25 – Nome do Fiscal:
	26 – Assinatura do Fiscal

1ª via – Procedimento Administrativo
2ª via – Diretoria de Fiscalização e Licenciamento
3ª via - Depositário

ANEXO VII

TERMO DE EMBARGO/INTERDIÇÃO OU SUSPENSÃO

01 – EQUIPE Nº	TERMO DE EMBARGO / INTERDIÇÃO OU SUSPENSÃO Nº		02 – Auto de Infração Ambiental Nº
03 – NATUREZA () FLORESTAL () COMERCIAL () INDUSTRIAL () OUTROS		04 – Carimbo padronizado do CNPJ _____ CPF / CNPJ	
05 – Nome Completo do autuado ou proprietário:		06 – RG Nº:	
07 – Endereço:			
08 – Bairro ou Distrito	09 – Município	10 – CEP	11 – U.F.
12 – Termo Lavrado as HORAS DIA MÊS ANO ____:____ _____ _____ _____		12 – Infração de acordo com o Art Item/Par Com Item/Parag. . ag. Art. .	
13 – Lavrei o presente termo de acordo com a descrição abaixo:		Da / Do	
		Art Item/Par Com. Item/Parag . ag. Art. .	
		Da / Do	
		Art Item/Par Com. Item/Parag . ag. Art. .	
		Da / Do	
14 – TESTEMUNAS:		15 – Assumo as responsabilidades legais deste termo como proprietário/contratista/empreiteiro.	

NOME:	NOME:	
Endereço:	CPF	ASSINATURA
ASSINATURA	16 – Nome do Fiscal:	
NOME:	17 – Assinatura do Fiscal	
Endereço:		
ASSINATURA		

1ª via – Procedimento Administrativo
2ª via – Diretoria de Fiscalização e Licenciamento
3ª via – Embargado ou Interditado

ANEXO VIII

TERMO DE DOAÇÃO, SOLTURA OU LIBERAÇÃO

[illegible]

.....	
RECEBIMENTO:	
Recebi nesta data os bens acima relacionados:	
<div>Assinatura do recebedor</div>	
NOME:.....	
CPF Nº:.....	
RG Nº:.....	
Nome do servidor responsável:	Assinatura:
Testemunha 1:	Testemunha 2:
NOME:.....	NOME:.....
CPF Nº:.....	CPF Nº:.....
RG Nº:.....	RG Nº:.....
<div>Assinatura</div>	<div>Assinatura</div>

1ª via – Procedimento Administrativo
2ª via – Diretoria de Fiscalização e Licenciamento
3ª via – Recebedor

ANEXO IX

TERMO DE NOTIFICAÇÃO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Santa Bárbara do Pará
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

NOTIFICAÇÃO Nº

Pela presente fica(m) o(s) Sr.(s).....
.....residente e domiciliado no(a)
.....
notificado(s) a comparecer(em), na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, endereço abaixo,
no dia/...../....., no horário das 09 horas às 12 horas, a fim de regularizar situação
relativa a infringência dos artigos
.....
.....
.....
.....
.....

A inobservância da presente implicará nas penalidades especificadas em lei,
Santa Barbara do Pará (PA),.....de.....de 20.....

.....
EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO Nº.....
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Endereço:.....

- 1ª via – Procedimento Administrativo
- 2ª via – Diretoria de Fiscalização e Licenciamento
- 3ª via – Notificado